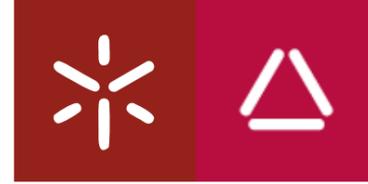




**Migrações Recentes de Portugueses
para Angola: Contextos e Estratégias**

Nuno Miguel Pereira de Jesus

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Nuno Miguel Pereira de Jesus

**Migrações Recentes de Portugueses
para Angola: Contextos e Estratégias**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Sociologia das organizações e trabalho

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Manuel Carlos Silva

DECLARAÇÃO

Nome: Nuno Miguel Pereira de Jesus

Endereço electrónico: Perebond_85@hotmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 12193636 8 ZZ8

Título da dissertação: Migrações Recentes de Portugueses para Angola: Contextos e estratégias

Orientador: Professor Doutor Manuel Carlos Silva

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado: Mestrado em Sociologia das organizações e trabalho

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTE TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___ / ___ / _____

Nome completo

Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho e, em particular:

Ao Professor Doutor Manuel Carlos Silva, meu orientador neste projeto, pelo tempo que despendeu com os seus esclarecimentos, comentários e estimulantes reflexões;

Aos emigrantes portugueses entrevistados e que aceitaram responder ao meu inquérito pela disponibilidade e simpatia com que me receberam;

Aos meus familiares, especialmente aos meus pais, pelo apoio incondicional demonstrado ao longo deste percurso.

Resumo

Os fenómenos migratórios, por razões económicas, nomeadamente no quadro da globalização, estão cada vez mais presentes nas sociedades atuais. É um tema relevante, do ponto de vista sociológico, uma vez que as migrações provocam alterações nas sociedades, tendo em conta, no caso português, a conjuntura atual em que cada vez mais portugueses abandonam o seu país, procurando trabalho e melhores condições de vida noutros países. Esta é uma questão central nos debates e negociações aos níveis nacional, regional e “global”.

A presente investigação tem como objetivo primordial analisar o fenómeno da emigração de portugueses, no contexto atual, assim como aprofundar o conhecimento sobre as perspetivas apresentadas pelos diferentes atores envolvidos no processo. Este estudo pretende ainda chamar a atenção para a existência de um recente fluxo migratório muito específico: a emigração dos portugueses para Angola (2008 a 2013).

Atualmente nas economias em grande expansão como é o caso de Angola existe uma grande lacuna e conseqüente procura de mão-de-obra altamente qualificada que possibilita aos quadros qualificados portugueses garantirem oportunidades de carreira profissional, académica e científica neste país. Conjugam-se as necessidades de Angola com as necessidades individuais das pessoas, necessidades que podem ser de natureza económica, social ou psicológica como a procura de maior realização pessoal e profissional dos quadros portugueses.

Para a concretização do objetivo principal deste estudo, que foi direcionado a emigrantes portugueses para Angola, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas e pela aplicação de um questionário.

Dos resultados obtidos nesta pesquisa, salientamos que a maioria dos inquiridos são homens, em idade ativa, com qualificações médias/altas e que a emigração assenta essencialmente em motivos de ordem económica.

Palavras-Chave: emigração, Angola, teorias da migração

Abstract

Migratory phenomena, for economic reasons , particularly in the context of globalization, are increasingly present in today's societies . It is an important issue , from a sociological point of view, since migration cause changes in societies, taking into account, in the Portuguese case, the current situation in which more and more Portuguese leave their country, looking for work and better living conditions in other countries. This is a central issue in the discussions and negotiations at national, regional and "global".

This research has the primary objective to analyze the phenomenon of emigration of portuguese in the current context, as well as deepen their knowledge of the prospects presented by the different actors involved in the process. This study also aims to draw attention to the existence of a recent very specific migration: the emigration of portuguese to Angola (2008 to 2013).

Currently in the economies booming as is the case of Angola there is a big gap and consequent highly qualified demand for labor, labor that enables portuguese qualified staff ensure career opportunities, academic and research in this country. Together to allow the needs of Angola to the individual needs of people, needs that can be economic, social or psychological nature as the demand for greater personal and professional fulfillment of portuguese frames.

To achieve the main objective of this study, which was directed to Portuguese emigrants to Angola, it was decided to carry out semi-structured interviews and the application of a questionnaire.

From the results obtained in this research, we note that the majority of respondents are men of working age, with medium / high qualifications and that emigration is essentially based on economic reasons.

Keywords: emigration, Angola, theories of migration

Índice

Introdução	1
1. O problema	1
2. Estratégia de investigação: métodos e técnicas	3
Capítulo I – Migrações Internacionais: Enquadramento Teórico.....	7
1. Teorias explicativas do fenómeno migratório	7
1.1. Teorias microssociológicas	8
1.2. Teorias macrossociológicas.....	9
Capítulo II – O Fenómeno Emigratório em Portugal	13
2.1. Contexto histórico do fenómeno.....	13
2.2. Fluxos de emigração portuguesa (2008-2013)	15
2.3. Angola na senda dos emigrantes portugueses	21
Capítulo III – Perfis de emigrantes portugueses com destino a Angola.....	27
3.1. Características sociodemográficas	27
3.1.1. Sexo e idade.....	27
3.1.2. Escolaridade e estado civil	29
3.2. Situação socioprofissional	31
Capítulo IV – Sobrevivência e/ou Mobilidade Social	35
4.1. Motivações, Expetativas e Objetivos.....	35
4.2. Partida e redes de apoio no país de acolhimento	39
4.3. Ficar ou regressar?.....	42
Conclusão	45
Bibliografia.....	49

Índice de quadros

Quadro 1 – Fluxos de saída de portugueses de 2008 a 2013.....	16
Quadro 2 – Fluxos de entrada de portugueses por principais destinos (último ano disponível).....	19
Quadro 3 – Remessas Portugal - Angola, em milhares de euros (2008-2013).....	24
Quadro 4 - Nível de escolaridade dos inquiridos	29
Quadro 5 - Estado civil dos inquiridos	30
Quadro 6 - Profissão futura em Angola por profissão atual/última em Portugal	32
Quadro 7 - 3 Principais motivações para a emigração dos inquiridos.....	35
Quadro 8 - Com quem emigram os inquiridos	40

Índice de figuras

Figura 1 - Emigrantes portugueses no início do século XXI.....	18
Figura 2 – Sexo dos inquiridos	27
Figura 3 – Distribuição dos inquiridos por grupos etários	28
Figura 4 - Condição face ao trabalho.....	31
Figura 5 - Intenção dos inquiridos de regresso definitivo ao país de origem.....	43

Lista de abreviaturas e siglas

INE - Instituto Nacional de Estatística

SPSS - Statistical Package for Social Sciences

IMMS - Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída

M - Média

DP - Desvio Padrão

Introdução

1. O problema

O fenómeno das migrações não é um fenómeno recente; pelo contrário, desde as suas origens o homem desloca-se de um local para outro. No passado as civilizações eram nómadas, deslocavam-se em função do que a terra tinha para oferecer. Toda a terra fértil, com água próxima e boas condições climatéricas, reunia as condições ótimas para os povos se estabelecerem. Com o desenvolvimento das civilizações ao longo dos tempos, estes movimentos têm sido gerados não só pela procura de alimentos e de melhores condições climáticas para sobreviver, como também por outros factores. Ou seja, estes movimentos podem ter por base a sobrevivência, mas também a procura de aventura por territórios desconhecidos, tal como tem acontecido com a expansão dos transportes e comunicações, nomeadamente nos tempos atuais. Como tal, este não é um tema novo, mas sim um fenómeno que através do tempo altera as suas características e a sua dimensão segundo o contexto histórico, social, político e económico em que se desenrola.

Segundo Rocha-Trindade (1995), o termo emigração designa a saída de alguém com ausência suposta de duração significativa. Emigrar significa “deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em país estrangeiro” e os atores dessa ação serão denominados de emigrantes. Por outro lado, no destino, esses indivíduos serão encarados como aqueles que chegam do exterior e serão designados imigrantes.

Mas as migrações não se definem apenas pela deslocação geográfica de pessoas. As migrações implicam também investimento num conjunto de recursos ao nível individual, familiar, económico, social, entre outros. Sair implica sempre a busca por algo e, simultaneamente, deixar para trás aquilo que é conhecido, as raízes.

A emigração é intrínseca à história portuguesa. Desde cedo Portugal foi reconhecido e proclamado como país de imigração. Magalhães Godinho (1978) afirma até que a emigração é uma constante estrutural da história portuguesa, sendo mais intensa em períodos de crise, mas não deixando de existir em períodos de crescimento económico.

Não sendo fácil quantificar movimentos de pessoas, os números sobre emigração aos quais podemos aceder são escassos, dispersos e incompletos. Além disso, nos últimos anos, o fenómeno não só não tem sido ainda devidamente estudado, como, quando medido, é-o de múltiplas formas, obtendo-se diferentes resultados para o mesmo período. Contudo, e sendo sempre necessário ter alguma base estatística, o Instituto Nacional de Estatística (INE) mostra-nos que as saídas têm vindo progressivamente a aumentar, sendo que em 2008 estimam-se cerca de 20 mil saídas permanentes e em 2013 este número aumentou para cerca de 54 mil.

A presente investigação retrata uma realidade ocorrida no início do século XXI, mais especificamente o período entre 2008 e 2013. No passado os movimentos migratórios tinham por base a busca de terra para a sobrevivência. Hoje em dia já não se procura terra, mas a sobrevivência continua a estar na base da maioria das tomadas de decisão. O maior impulsionador da emigração continua a ser a busca por melhores condições de vida. Os anos de 2008-2013 constituem um período em que Portugal atravessa uma das maiores recessões económicas da sua História. Caracterizado por uma intensidade dos fluxos migratórios de saída superior à dos fluxos de entrada, este período confirma a importância dos ciclos económicos na intensidade e no sentido dos fluxos migratórios de cariz económico.

O objetivo principal desta investigação visou compreender as tendências migratórias dos portugueses na conjuntura socioeconómica de crise – a qual apresenta traços distintos do tradicional paradigma da emigração portuguesa – bem como apresentar um breve enquadramento das teorias sociológicas de referência sobre os fenómenos migratórios.

Em relação aos objetivos específicos pretendemos identificar o tipo de emigrante e as razões que o leva a emigrar, bem como caracterizar o tempo de emigração e a sua intenção ou não de regresso ao país de origem. As dimensões de análise versam, por isso, sobre as características sociodemográficas e profissionais dos emigrantes, as motivações que levam estas pessoas a emigrar, assim como prefigurar como os emigrantes perspetivam a sua vida no país de emigração, tanto a nível profissional, como a nível pessoal.

Assim, o trabalho seguidamente apresentado é formado por quatro capítulos. O primeiro capítulo constitui uma forma de balizagem que pretende dar conta das diversas

explicações das migrações internacionais através das diferentes aproximações teóricas sobre a migração.

O segundo capítulo começa por fazer um breve resumo do contexto histórico em que se insere a emigração portuguesa. Seguidamente é feita a caracterização da emigração portuguesa atual, do seu volume e dos seus destinos, e descrevem-se os perfis dos emigrantes em termos sociodemográficos a partir de dados secundários (bibliografia e estatísticas). Por último, são abordados os fluxos emigratórios portugueses, com Angola como destino, evidenciando e relacionando as principais facetas desta realidade.

O terceiro e o quarto capítulo dedicam-se à análise dos dados primários, recolhidos através do inquérito por questionário aplicado aos emigrantes de origem portuguesa que se vão deslocar para Angola. Estes resultados são cruzados, sempre que se justifica, com excertos das entrevistas de aprofundamento ao inquérito. Para além do retrato sociodemográfico e socioprofissional da amostra recolhida, debruçamo-nos sobre aspetos relacionados com a sobrevivência e/ou mobilidade social. Nestes termos, partimos de uma perspetiva integradora, analisando variáveis de natureza micro e macrossociológicas que condicionam o fenómeno da migração internacional.

Finalmente no último ponto da dissertação são apresentadas as conclusões gerais do trabalho.

2. Estratégia de investigação: métodos e técnicas

Para um melhor aprofundamento de resultados, a abordagem metodológica escolhida corresponde aos princípios da triangulação, entre metodologia qualitativa e metodologia quantitativa. A triangulação metodológica consiste na utilização de diferentes métodos para o estudo de um dado fenómeno, permitindo uma complementaridade dos dados e obter informações que não poderiam ser obtidas utilizando cada um dos métodos isoladamente. Assim, para além da informação estatística e documental, optamos pela entrevista e pelo questionário como instrumentos de recolha de dados.

Quivy e Campenhoudt (1992: 189) definem questionário como sendo um “instrumento de observação não participante, baseado numa sequência de questões escritas, que são dirigidas a um conjunto de indivíduos, envolvendo as suas opiniões, representações, crenças e informações factuais, sobre eles próprios e o seu meio”. Estes

mesmos autores referem ainda que a aplicação deste instrumento permite uma rápida recolha de informação, uma maior sistematização dos resultados fornecidos e uma maior facilidade de análise. A opção por este método específico prende-se com o facto de este nos permitir aceder, de forma rápida e prática, aos dados sociodemográficos, situacionais e representacionais dos indivíduos inquiridos, eventualmente complementados com curtos testemunhos. Tratando-se de emigrantes, ou seja, indivíduos que não se encontram no nosso país e sendo impossível deslocarmo-nos aos países de acolhimento para realizar entrevistas aprofundadas, os inquéritos, por serem de preenchimento rápido e pela possibilidade de serem realizados via telefone ou internet, mostraram ser o método mais adequado de aceder àquilo que pretendemos saber.

Para além do inquérito por questionário, socorrendo-nos de encontros no aeroporto e noutros locais onde foi possível entrevistar emigrantes antes da partida ou numa das vindas a Portugal e excepcionalmente por telefone, recorremos também à técnica de entrevista, a fim de recolher informação útil para o nosso estudo. Segundo Quivy e Campenhoudt (1992: 193) a entrevista, enquanto método de recolha de dados, apresenta a grande vantagem de fazer uso “dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana”, permitindo ao investigador atuar no próprio processo de recolha de dados. No presente estudo recorremos a entrevistas semi-estruturadas que, embora partindo de um roteiro de questões, é suficientemente flexível para alterar a sua ordem, eliminar algumas ou incluir outras, de forma a permitir colher o máximo de informação (Quivy e Campenhoudt, 1992). As entrevistas realizadas, por permitirem ao emigrante falar abertamente sobre as suas experiências, possibilitaram o acesso a informações, não contidas nos inquéritos, que se mostraram essenciais no levantamento de hipóteses explicativas do fenómeno. A técnica de entrevista permite assim “recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os seus próprios quadros de referência” (Quivy e Campenhoudt, 1992: 195). Como forma de clarificar os objetivos e as dimensões das entrevistas optamos por inicialmente elaborar uma grelha de análise e só depois partimos para a construção do inquérito e do guião de entrevistas, um e outro tributários de um modelo já elaborado pelo professor Manuel Carlos Silva, orientador desta dissertação, e aplicado num estudo similar para emigrantes portugueses para o Brasil.

No que diz respeito aos dados recolhidos pelo questionário, foram tratados através do *software* estatístico SPSS 21 (*Statistical Package for Social Sciences*).

A população que se pretende estudar – emigrantes portugueses para Angola – é muito específica, os seus elementos são de difícil acesso e identificação e estão inter-relacionados por redes de conhecimento. Assim, a nossa amostra foi obtida por método não probabilístico, de forma intencional e por efeito de bola de neve (Vicente, 2012). Foi intencional na medida em que houve uma selecção deliberada dos elementos, teriam de ser portugueses, masculinos ou femininos, que emigraram para Angola. E foi obtida por efeito bola de neve porque, depois de descoberto um individuo pertencente à população alvo, foi-lhe pedido que identificasse outros que pertencessem ao mesmo grupo.

Os inquéritos foram aplicados entre os meses de abril e agosto de 2014, no aeroporto Francisco Sá Carneiro, na cidade do Porto, a indivíduos que se preparavam para emigrar para Angola, a que se juntou a aplicação do inquérito a alguns emigrantes que no verão vieram a Portugal. A amostra ficou constituída por 33 indivíduos, a qual, apesar de reduzida, permitiu aceder á caracterização sociodemográfica, motivações e objetivos dos inquiridos. As entrevistas foram realizadas durante os meses de outubro e novembro de 2014 a 3 indivíduos portugueses que se encontravam na situação de imigrantes em Angola. Tendo consciência do número reduzido de entrevistas, procuramos todavia apresentar uma breve ilustração das percepções, testemunhos e posicionamentos deste grupo de emigrantes.

Capítulo I – Migrações Internacionais: Enquadramento Teórico

1. Teorias explicativas do fenómeno migratório

Na atualidade, as migrações constituem um fenómeno social dinâmico, multidimensional e complexo, no qual se conjugam múltiplos aspetos e dimensões (de carácter político, económico, social e cultural), assim como diversas implicações. Tal como indica Arango (2000), a complexidade do fenómeno migratório implica uma grande diversidade quanto a formas, processos, tipos, atores, motivações, contextos socioeconómicos e culturais. Este carácter complexo e dinâmico das migrações desperta interesse das diferentes disciplinas sociais.

Silva (1998) expõe algumas perspetivas no âmbito dos movimentos populacionais, como sejam a perspetiva clássica liberal, a perspetiva neoliberal com raízes nas teorias neoclássicas, a perspetiva neoinstitucional e a perspetiva histórico-estrutural enquadrada nos ideais marxistas. Na teoria clássica liberal encontra-se uma relação entre as teorias de mercado de trabalho e as migrações, com base numa perspetiva de equilíbrio e na concorrência perfeita, sendo que as migrações compensariam as diferenças eventualmente existentes nos níveis salariais nos diversos países (Silva, 1998). Na versão neoliberal é assumida esta mesma perspetiva de equilíbrio, desde que possa existir uma mobilidade potencial de capitais para regiões afetadas e uma mobilidade laboral para regiões com níveis salariais mais elevados, ainda que com a intervenção do Estado (Silva, 1998). A constatação de um continuado desequilíbrio e de desigualdades sociais levou autores como Myrdal a criticar a perspetiva de equilíbrio destas teorias, propondo a teoria neoinstitucional, baseada no princípio da causação circular com efeitos cumulativos que, por um lado pode induzir a reprodução do subdesenvolvimento, mas por outro lado pode fomentar pólos de crescimento (Silva, 1998). A teoria Marxista vem criticar esta última teoria por colocar em causa os pressupostos básicos do sistema capitalista e refere que os desequilíbrios mencionados são explicados como consequência da expansão e desenvolvimento desigual do capitalismo (Silva, 1998).

De sublinhar ainda que "também em Portugal, como país tradicional de emigração sobretudo desde a segunda metade do século XIX até ao presente, não tem

sido alheia aos discursos político-ideológicos de vários quadrantes a questão da emigração, sobressaindo o elaborado pela elite conservadora e passadista" (Silva, 1998: 78).

Com o propósito de posicionar teoricamente esta investigação, no presente capítulo serão desenvolvidas algumas das teorias sobre as migrações.

As teorias migratórias podem ser classificadas de acordo com o seu nível de análise como macro e microssociológicas (Rocha-Trindade, 1995; Peixoto, 2004a). A análise microssociológica inclui teorias que defendem que a decisão de migrar se baseia numa escolha racional e individual, um fenómeno centrado no indivíduo, ainda que condicionadas pela ação de fatores do tipo coletivo ou estruturante. Por sua vez, a um nível macrossociológico, o indivíduo interage com o ambiente que o rodeia, sendo privilegiados fatores do tipo coletivo ou estruturante, como condicionantes da decisão migratória.

1.1. Teorias microssociológicas

Dentro das teorias microssociológicas, Peixoto (2004a) destaca três modelos: os modelos *Push-Pull*, do Capital Humano e do Ciclo de Vida e Trajetória Social.

A teoria económica neoclássica teve como resultado a conhecida teoria do *Push-Pull*, que teve como precursor E. G. Ravenstein (*in* Peixoto, 2004a), da qual se retira o modelo explicativo migratório de maior impacto sobre a comunidade científica. É um modelo que se baseia numa série de elementos associados tanto ao local de origem como ao local de destino. Em princípio existem uma série de fatores que empurram o indivíduo a abandonar o local de origem ao compará-lo com as condições mais vantajosas que existem noutros lugares, as que exercem uma força de atração (*pull*), gerando-se desta forma, uma dinâmica de repulsão (*push*) e atração (*pull*) (Massey, 1998).

Este modelo destaca as motivações pessoais dos migrantes que, através de uma avaliação de custos e benefícios inerentes à migração, optarão pela alternativa mais vantajosa. A decisão de emigrar é analisada a partir de uma racionalidade instrumental que induz a eleger livremente entre as oportunidades oferecidas pelo mercado dentro e fora do país.

Na abordagem da Teoria do Capital Humano, desenvolvida por Sjaastad (*in* Peixoto, 2004a), a migração é tratada como uma decisão de investimento individual

para aumentar a produtividade do capital humano, focada no mercado de trabalho. Os indivíduos fazem um cálculo racional de custos/benefícios da migração a longo prazo, migrando apenas quando os retornos esperados são positivos. Os retornos esperados dependem dos benefícios esperados (contrapartidas económicas) e dos custos da migração (como a procura de informação, custos de deslocação ou aprendizagem de uma nova língua).

Esta teoria enfatiza que a migração pode conduzir a investimentos em educação e formação, ou seja, em investimento do capital humano do migrante. A existência desta atitude de investimento implica que a idade desempenhe um fator significativo como preditor da apetência para a migração, sendo que a migração diminuirá com o aumento da idade.

Numa abordagem mais sociológica, as teorias do Ciclo de Vida e da Trajetória Social argumentam que, apesar de o agente racional fazer as suas escolhas autonomamente, este fica condicionado na sua decisão de migrar por realidades coletivas que o envolvem como a família e a pertença de classe/grupo social. Esta perspetiva “apresenta uma natureza, sobretudo, biográfica” (Peixoto, 2004a), pois considera a influência sobre o processo migratório de variáveis enquadradas no ciclo de vida (início da idade adulta, casamento, divórcio, entre outras mudanças) e na trajetória de mobilidade social.

1.2. Teorias macrossociológicas

Dentro das teorias macrossociológicas Peixoto (2004a) define três modelos: Mercado de Trabalho Segmentado e a Economia Informal; Estruturas Espaciais, Sistemas-Mundo e Sistemas Migratórios; e Instituições, Redes Migratórias, Laços Étnicos e Sociais.

Para a Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado, com Michael Piore à cabeça, a migração está impulsionada pela procura e constrói-se na estrutura económica das sociedades avançadas (*in* Rocha-Trindade, 1995; Peixoto, 2004a). No capitalismo moderno, sendo o mercado de trabalho desigual, existem dois setores: um segmento formal, chamado primário, que oferece estabilidade, remuneração alta, benefícios generosos e boas condições laborais; e um segmento informal ou secundário que, pelo contrário, se caracteriza pela instabilidade, remuneração baixa, benefícios limitados e condições de trabalho desagradáveis ou perigosas. As sociedades desenvolvidas

carecem de uma quantidade suficiente de trabalhadores dispostos a empregar-se no setor secundário, dadas as características que este apresenta, o que implica que os empregadores optem por contratar imigrantes para que ocupem estes postos de trabalho que são rejeitados pelos autóctones. Neste âmbito Peixoto (2004a) destaca o pensamento de Portes (1999), que considera ainda o mercado de trabalho primário e os enclaves étnicos como outras formas de incorporação no mercado de trabalho. O mercado primário atrai os autóctones e os indivíduos enquadrados no chamado *brain drain*, assim como os enclaves étnicos que têm por base um recrutamento pela via da homogeneidade étnica. Assim, nesta perspetiva, os fatores associados às sociedades emissoras e a seleção racional e livre dos agentes não são os fatores que causam a migração, mas trata-se sim de uma necessidade estrutural das sociedades receptoras.

Como refere Peixoto (2004a), a Teoria das Estruturas Espaciais, Sistemas-Mundo e Sistemas Migratórios tem alicerce na variável espaço e justifica a mobilidade migratória sustentando uma relação entre a economia e a geografia.

No que se refere às Estruturas Espaciais, estas tentam estabelecer uma conexão entre as estruturas espaciais e as relações sociais, sendo que os migrantes consideram certas regiões do globo mais atrativas que outras com base em fatores económicos, como a localização de certas atividades económicas.

De acordo com a perspetiva dos Sistemas-Mundo, os fenómenos migratórios encontram a sua explicação na estrutura do sistema capitalista que produz uma divisão entre zonas salariais, criando condições para a mobilidade das populações das zonas periféricas para as zonas centrais.

Nos Sistemas Migratórios o ponto chave para explicar a origem dos movimentos migratórios reside na existência prévia de laços (colonização, influência política, comércio ou relações culturais) entre os países de origem e os países de acolhimento (Castles e Miller, 2003).

Na Teoria das Instituições, Redes Migratórias, Laços Étnicos e Sociais, no lugar dos agentes individuais a tomar a decisão de migrar e de se responsabilizar por tal, são as instituições, as redes e as comunidades étnicas e solidárias que ficam com responsabilidades neste âmbito.

As instituições têm como propósito prestar apoio na deslocação, na entrada e na instalação dos migrantes nos países de destino. Estas instituições, que podem ser legais ou ilegais, com caráter lucrativo ou não lucrativo, surgem para intervir a favor dos direitos e melhorar o tratamento dos migrantes, quer estes sejam legais ou indocumentados.

Peixoto (2004a) salienta ainda que entre a grande variedade de instituições, as organizações empregadoras assumem um papel direto na promoção do movimento migratório e abrangem sobretudo os migrantes de estatuto socioeconómico médio ou elevado, enquanto as instituições de acompanhamento ou suporte, como as associações de apoio a migrantes, se direcionam a uma classe social inferior.

As Redes Migratórias podem definir-se como o conjunto de relações interpessoais que ligam migrantes, ex-migrantes e não migrantes nas sociedades de origem e de destino (Massey, 1998). Estas redes proporcionam informação, ajuda económica e laboral, alojamento e apoio afetivo. Neste sentido, as redes constituem o canal através do qual circulam bens intangíveis como as informações, os apoios, as ideias ou as experiências, assim como também as remessas monetárias e a ajuda financeira necessárias para a deslocação e à fixação definitiva. Deste modo, as redes facilitam a inserção do migrante e incentivam a migração (Massey, 1998).

Por fim, resta-nos falar dos Laços Étnicos e Sociais que existem entre alguns grupos de migrantes, que por vezes são fechados entre os membros da sua comunidade. Como refere Peixoto (2004a: 30) a elevada importância económica de uma “comunidade étnica solidária” está associada, por exemplo, ao facto de esta permitir a criação de “um mercado para bens e serviços de raiz cultural; uma reserva de trabalho assalariado fiável; e uma fonte de capital para realização de investimentos”.

Capítulo II – O Fenómeno Emigratório em Portugal

2.1. Contexto histórico do fenómeno

Desde a primeira metade do século XV, quando os portugueses deram início à colonização dos Açores e da Madeira, que Portugal tem sido estruturalmente um país de emigração (Godinho, 1978; Peixoto, 2012).

Apesar da manutenção do carácter estrutural da emigração em Portugal foram-se sucedendo ao longo dos tempos várias mudanças nos fluxos de emigração. De acordo com Padilla e Ortiz (2012) a emigração portuguesa pode ser dividida essencialmente em quatro fases: uma primeira vaga transoceânica até ao fim da Segunda Guerra Mundial; a partir de 1950/60 até meados da década de 70, uma vaga intraeuropeia; após a adesão à União Europeia, uma nova vaga europeia com novos destinos; e uma fase recente de migrações para o Brasil, ex-colónias e outros destinos consequente da globalização e anti-crise.

A primeira fase deste movimento começou no século XIX, em direção ao continente americano, com o Brasil como principal destino. São de destacar ainda outros destinos transoceânicos da emigração portuguesa, como foram os Estados Unidos da América, a Argentina, o Uruguai, a Venezuela e, a partir de 1950, o Canadá (Arroteia, 1983).

A partir de meados do século XX, durante a década de 60 e início dos anos 70, os portugueses deixaram o país com destino à Europa. Em consequência do crescimento e desenvolvimento industrial e urbano que ocorreu nos países do ocidente europeu após a Segunda Guerra Mundial, os portugueses partiam principalmente rumo a França e, ainda que em menor medida, à Alemanha. Este desenvolvimento provocou um aumento da procura de mão-de-obra e oferta de melhores condições de trabalho por estes países, fatores que aliados às políticas restritivas de imigração promulgadas pelo Brasil e à menor restrição na entrada de emigrantes na Europa provocaram um aumento do volume emigratório e alterações aos destinos da emigração portuguesa.

Contudo, devido à crise económica internacional e consequente adoção de medidas restritivas nas políticas de imigração dos países de acolhimento tradicionais, esta tendência foi sendo alterada e a partir de meados dos anos 70 até meados dos anos 80 a emigração portuguesa abrandou (Baganha e Peixoto, 1997; Coelho, 2006).

Em resultado desta conjuntura económica internacional, nos últimos anos da década de 70 e princípios da década de 80 verificou-se também a ocorrência do retorno de nacionais de alguns países de acolhimento, nomeadamente da França e da Alemanha, que introduziram medidas especiais para encorajar o movimento de retorno dos trabalhadores migrantes. Na mesma altura, ocorreram alterações na vida política e socioeconómica portuguesa, com a revolução de 25 de Abril de 1974 e a independência das ex-colónias portuguesas em África, que tiveram como consequência o abrandamento dos fluxos de saída e a chegada de portugueses repatriados. Embora a democracia se tenha implantado apenas com o 25 de Abril de 1974, é de referir que, segundo Telo (1997), a emigração portuguesa da década de 60 até meados da década de 70 terá sido a maior contribuição para o processo de democratização da sociedade portuguesa.

A partir de meados da década de 80 dá-se início a um novo ciclo migratório com algumas características distintivas relativamente ao registado em períodos anteriores de expansão do movimento emigratório português. Com a entrada de Portugal na União Europeia, os fluxos migratórios de trabalhadores permanentes apresentam tendência a diminuir, quer no que respeita aos destinos europeus, quer no que respeita aos destinos transoceânicos. Por outro lado, como consequência da maior mobilidade dentro do espaço da União Europeia, a análise dos fluxos temporários revelou um aumento gradual do número de saídas ao longo dos anos 80. Porém, no entendimento de Baganha (*in* Peixoto, 2007), a crescente emigração temporária é potencialmente emigração permanente, mas toma a forma temporária como forma de contornar as políticas de restrição dos países recetores. Pires (2010) refere que, para além da existência de um crescimento nos fluxos para alguns dos países de emigração da década de 60 (como é exemplo o Luxemburgo), este crescimento também se observou para novos destinos como a Suíça, Espanha, Reino Unido e, mais recentemente, Brasil e Angola.

Morais (2003) conclui que é a partir de 1992 que os emigrantes apresentam mais habilitações e competências profissionais comparativamente com o observado nas vagas emigratórias dos anos 60. Este mesmo autor acrescenta ainda que estes emigrantes são, na sua maioria, jovens e predominantemente do género masculino.

No início do século XXI os países da antiga periferia debateram-se com problemas económicos, ao mesmo tempo que ficaram envolvidos na crise económica que se agudizou em 2008, dando novamente destaque à emigração como solução para os problemas de emprego da sua população. Numa primeira fase (entre 2008 e 2010), a

crise provocou um decréscimo na emigração de forma generalizada na União Europeia porque a crise financeira foi global. A partir de 2010 a emigração portuguesa voltou a crescer rapidamente e alterou-se a composição dos seus destinos. Na alteração da hierarquia dos países da emigração portuguesa, destacam-se os destinos emigratórios do Reino Unido, Suíça e Alemanha, a surgirem como principais polos de atração, e a Espanha a descer para quarto lugar nesta hierarquia (Pires, Pereira, Azevedo e Ribeiro, 2014: 34). Estes mesmos autores alertam para o facto de que “esta hierarquização dos destinos tem que ser lida com prudência, dada a ausência de dados recentes fiáveis sobre a entrada de portugueses em França, Angola e Moçambique”.

2.2. Fluxos de emigração portuguesa (2008-2013)

Como já foi mencionado, a emigração não é um fenómeno recente em Portugal. A avaliação dos fluxos de emigração portuguesa é extremamente complexa, pois as estatísticas disponíveis, nas diferentes fontes de informação, nem sempre são comparáveis. Muitas vezes a terminologia utilizada por cada fonte de informação é diferente, apresentando um carácter fragmentado e pouco disponível para a investigação. Acresce a estes problemas a ilegalidade de muitos imigrantes, o que ofusca a realidade.

O Instituto Nacional de Estatística tem publicado, anualmente, uma estimativa do número de saídas de portugueses, com base nos resultados do Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS). No entanto, só a partir de 2011 foram contabilizadas as saídas temporárias (período superior a 3 meses e inferior a 1 ano) para além das saídas permanentes (período igual ou superior a 1 ano). De acordo com os dados publicados pelo INE em 2014, entre 2008 e 2013 o número de emigrantes permanentes por ano passou de 20 357 em 2008 para 53 786 em 2013, sendo que o maior incremento se deu de 2010 para 2011 onde o número de saídas permanentes quase duplicou. Entre 2008 e 2010 a emigração diminuiu; porém, verificou-se uma intensificação desta a partir de 2010.

Os dados fornecidos pelas estatísticas oficiais sobre a emigração portuguesa, tendo por base os fluxos anuais de emigração medidos no país de origem, entre os anos de 2008 e 2013, são os que se inserem no Quadro 1:

Quadro 1 – Fluxos de saída de portugueses de 2008 a 2013

Ano	Emigração Permanente	Emigração Temporária
2008	20 357	
2009	16 899	
2010	23 760	
2011	43 998	56 980
2012	51 958	69 460
2013	53 786	74 322

Fonte: INE, 2014

Faz-se notar que o número estimado de emigrantes temporários continua a ser superior ao de emigrantes permanentes, situando-se em 74 322, um aumento de 7% face ao valor estimado para 2012 (69 460). Por definição os emigrantes temporários fazem parte da população residente pelo que não integram o saldo migratório anual.

Entre 2008 e 2013, o número de saídas permanentes por ano mais que duplicou, passando de 20357 em 2008 para 53786 em 2013. O maior incremento ocorreu de 2010 para 2011, com um aumento da emigração permanente de 85,2%. É de realçar ainda que em 2009 ocorreu uma diminuição de 17% face ao valor estimado para 2008 deste tipo de emigração.

O número estimado de emigrantes temporários é superior ao de emigrantes permanentes, situando-se em 74322 no ano de 2013, um aumento de aproximadamente 30% relativamente ao valor registado em 2011, ano em que se iniciou a contabilização deste tipo de emigração.

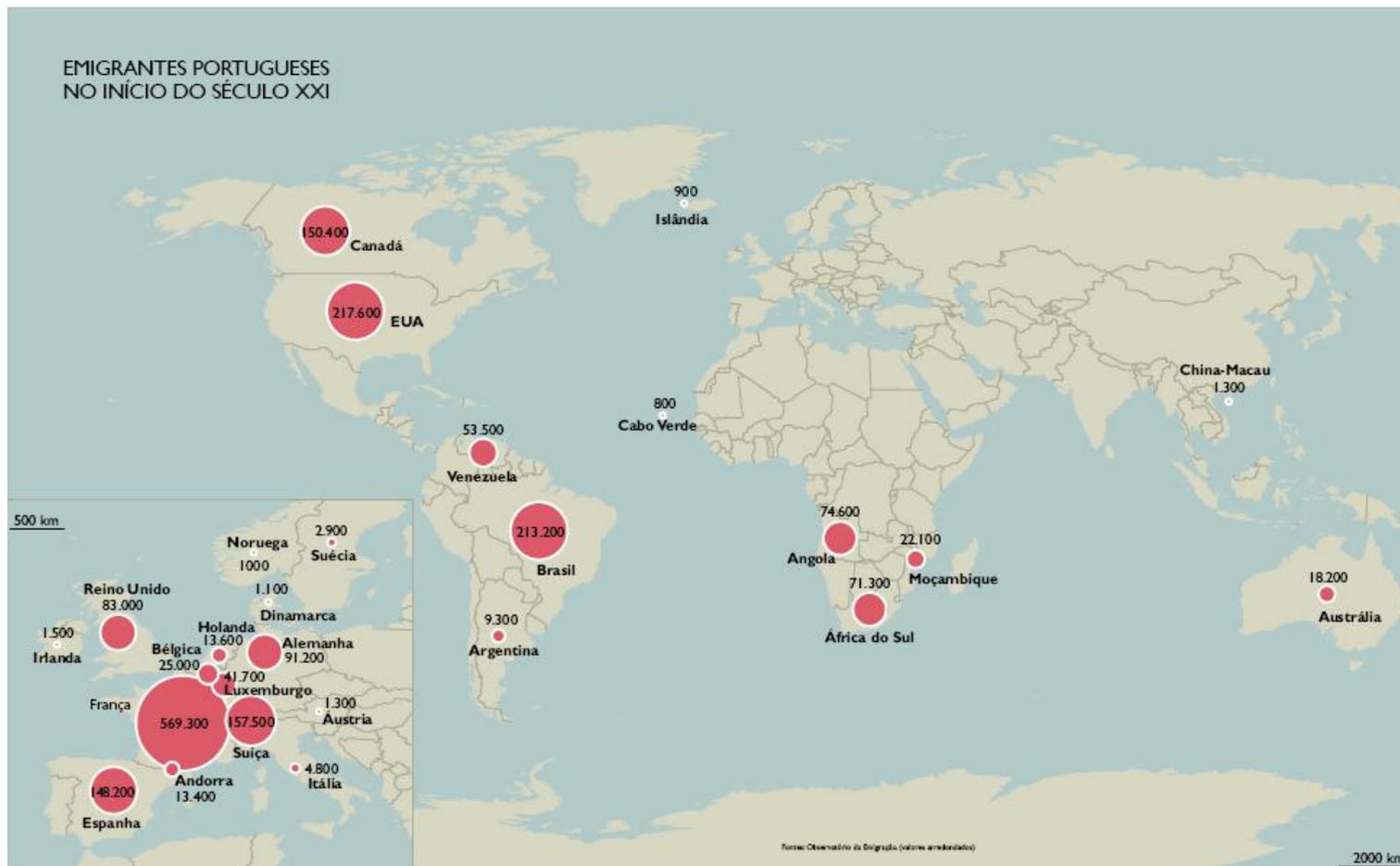
Um outro indicador estatístico apurado anualmente pelo INE é a estimativa do saldo migratório anual. Entre 2008 e 2010, apesar de positivo (mais imigração do que emigração), o volume do saldo migratório foi sofrendo diminuições até quase se anular. A partir de 2010 e até 2013 este indicador apresentou valores negativos, resultado da conjugação de 53 786 emigrantes permanentes (que aumentou face aos 51 958 estimados para 2012) e de 17 554 imigrantes permanentes (que também aumentou face aos 14 606 estimados para 2012). Esta tendência indicia de forma bem clara o incremento da emigração ao longo destes anos e demonstra como Portugal se torna cada vez menos atrativo tanto para os autóctones como para os imigrantes.

Uma outra forma de mensuração dos movimentos migratórios é através dos fluxos de emigração medidos nos países de destino, sendo que este procedimento tem a

grande vantagem de, segundo Peixoto (2012: 5), "preencher as várias lacunas que a informação do INE comporta (no que se refere ao período disponível, variáveis observadas e caráter amostral de observação)".

Com base nestas estatísticas, a Figura 1 ilustra de que forma se distribuem os emigrantes portugueses pelos vários países de acolhimento, no início do século XXI.

Figura 1 - Emigrantes portugueses no início do século XXI



Fonte: Pires (2010)

Os valores revelados por Pires *et al.* (2014) indicam que, nos anos de 2009 e 2010, os fluxos de entrada de portugueses registados pelos serviços estatísticos dos países de acolhimento europeus apresentam uma clara desaceleração face aos valores registados entre 2001 e 2008. Este fenómeno pode ser justificado pela crise económica global experimentada pelos países da União Europeia, potenciais países de destino da emigração portuguesa, e pelo desenvolvimento de uma emigração de carácter temporário (Marques e Góis, 2012). Por sua vez, este carácter temporário da emigração surge favorecido pela livre circulação no espaço europeu (Marques, 2009; Malheiros, 2010).

A partir de 2010 a emigração, para além de um novo e rápido crescimento, sofreu consideráveis alterações na hierarquia e na composição dos destinos. Na alteração da hierarquia dos países da emigração portuguesa, destaca-se o declínio abrupto das saídas para Espanha, a emergência do Reino Unido como primeiro destino e o reaparecimento da Alemanha. Destacamos ainda a manutenção da opção pela instalação em países como a Suíça e o Luxemburgo, destinos tradicionais dos portugueses durante muitos anos (Malheiros, 2010; Pires, 2010).

Relativamente aos fluxos de entrada de portugueses nos principais destinos, o Quadro 2 apresenta-nos os seguintes resultados relativos ao ano de 2013:

Quadro 2 – Fluxos de entrada de portugueses por principais destinos (último ano disponível)

País	Entradas
Reino Unido	30 121
Angola	23 787(*)
Suíça	14 388
Alemanha	11 401
Espanha	5 302
Luxemburgo	4 590
Brasil	2 913

Fonte: Observatório da Emigração

(*) Nota: Os últimos dados disponíveis são relativos ao ano de 2009

Os fluxos mais recentes, como está representado no Quadro 2, caracterizam-se pela afirmação de novos destinos migratórios, como o Reino Unido e a Angola. O Reino Unido surge em 2013 como o principal destino da emigração portuguesa, seguido

da Suíça, Alemanha e Espanha. De notar que destinos como França, Angola e Moçambique carecem de dados recentes fiáveis sobre a entrada de portugueses, exigindo, deste modo, que a leitura desta hierarquização dos destinos seja feita com prudência.

Com os dados disponibilizados pelo Observatório da Emigração, tendo em conta o fluxo anual de 2008 a 2012, Pires *et al.* (2014) calculam que, em 2013, entre 80 a 85% dos emigrantes portugueses terão a Europa como destino. Para Angola e Moçambique estima que irão cerca de 10 a 12% dos emigrantes portugueses e 1% para o Brasil. A emigração para Angola, e talvez para Moçambique, parece constituir a exceção do carácter europeu da emigração portuguesa nos anos que se seguiram à crise.

Pires *et al.* (2014: 37) evidenciam ainda a confirmação de “um aumento acentuado da emigração para os principais países de destino, como o Reino Unido (+47%) e a Alemanha (+26%), a par com a tendência, em contracorrente desde 2008, de progressiva diminuição do número de entradas em Espanha”.

De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo INE (2014), no que diz respeito à distribuição por sexo, entre 2008 e 2010 os emigrantes permanentes dividiam-se em 80% de homens e 20% de mulheres, aproximadamente. A partir de 2010 verificou-se um aumento da percentagem de mulheres emigradas atingindo o valor de 33,8% em 2013, o que indicia uma ligeira feminização deste fluxo migratório. Na emigração temporária, a percentagem média anual de emigrantes do sexo feminino, registada entre 2011 e 2013, foi de 25,9%.

Considerando estes dados, podemos constatar a existência da sobremasculinidade da emigração temporária e da emigração permanente no período de tempo estudado. Como sustenta Peixoto (2004b: 6), um maior volume de emigrantes do sexo masculino denota "uma maior importância da emigração de trabalho e, no caso dos fluxos permanentes, a existência de um ciclo de trabalho".

Sobre a estrutura etária dos emigrantes portugueses, é de assinalar o facto de os valores que as estatísticas fornecem revelarem uma leve tendência no sentido de aumentar o número de jovens emigrados. A partir dos últimos dados disponibilizados pelo INE (2014) foi possível apurar que, em 2013, o grupo etário dos 20 aos 34 anos concentrava 46,4% dos emigrantes permanentes e 40,6% dos emigrantes temporários, sendo o grupo etário dos 20 aos 24 anos aquele que representou maior peso nos emigrantes portugueses nesse ano, com 18,1% dos emigrantes permanentes e 15,7% dos emigrantes temporários. Assim, os dados apresentados deixam bem patente o facto de

que a maior parte dos emigrantes portugueses da atualidade são indivíduos jovens ou nos primeiros anos da idade adulta.

Também estes dados relativos à distribuição por grupos etários dos fluxos da emigração portuguesa em 2013, com maior incidência na população em idade ativa, confirmam a nítida existência de um ciclo de emigração de trabalho, tanto na emigração temporária, como na emigração permanente.

No que respeita aos níveis de escolaridade dos emigrantes portugueses e numa perspetiva comparada, com base nos dados dos Censos de 2000/01 e dos Censos de 2010/11, Pires *et al.* (2014) concluíram que na primeira década do século XXI cresceu a percentagem dos diplomados do ensino superior na população portuguesa emigrada nos países da OCDE. Foi observado um aumento superior a 50%, "passando a percentagem de diplomados entre os imigrantes naqueles países de 6% em 2001 para 10% em 2011" (Pires *et al.*, 2014: 71).

Em forma de síntese, convém sublinhar, tal como referem autores como Malheiros (2010) e Pires *et al.* (2014), que é a partir de 2008 que os fluxos migratórios começam a apresentar novas características, nomeadamente:

(i) Os países de destino dos novos emigrantes continuam a ser os mesmos dos seus antecessores, mas com alterações na sua hierarquização. Surgem novos países de destino como, por exemplo, a Suíça que, em certos períodos, vai liderar como principal país recetor;

(ii) Emigrantes mais temporários do que definitivos;

(iii) Número crescente de emigrantes com níveis de instrução médios e elevados e uma conseqüente maior presença destes no setor do comércio e serviços e nas profissões mais qualificadas;

(iv) Emigrantes essencialmente jovens;

(v) Predominância dos emigrantes do sexo masculino, embora com uma crescente presença feminina.

2.3. Angola na senda dos emigrantes portugueses

O século XV assinala o início da colonização portuguesa. Angola haveria de permanecer como colónia até 11 de Novembro de 1975, altura da declaração da sua de independência. O clima de instabilidade daí resultante levou ao retorno de muitos dos portugueses instalados em Angola que conduziriam também a um aumento da taxa de imigração que se manteve até à década de 90.

A existência de um sistema migratório lusófono tem sido proposta por vários autores, tendo em conta os fluxos migratórios entre os diferentes países de língua portuguesa (Malheiros, 2005; Peixoto, 2007; Baganha, 2009; Marques e Góis, 2012).

Atualmente Angola insere-se no sistema migratório lusófono como país emissor e recetor de migrantes, enquanto Portugal surge como emissor neste sistema migratório, coexistindo com a sua participação no sistema migratório europeu (Marques e Góis, 2012). Algumas das características enunciadas por Massey *et al.* (1993), como a coexistência de um país em mais do que um sistema migratório e a independência da proximidade geográfica para a formação de um sistema migratório, estão bem exemplificadas na relação Portugal-Angola no sistema migratório lusófono.

Angola é um país da periferia capitalista, que está a beneficiar de um desenvolvimento económico significativo, com as multinacionais a deslocarem o seu capital do centro para a periferia, a investir cada vez mais no território africano, investindo numa indústria onde a produção é voltada para a exportação para servir o mercado mundial. Marques e Góis (2012) destacam a forte vertente comercial da relação entre Portugal e Angola e a existência de mais de dois milhares de empresas de capital português ou de capital misto luso-angolano em Angola. As multinacionais, ao deslocarem o seu investimento, procuram vantagens económicas, sociais e políticas, havendo um trabalho muito próximo do governo de Angola em estimular o investimento estrangeiro e criando um ambiente propício ao desenvolvimento das multinacionais no seu território. Esta conjuntura é fundamental para o atual modelo emigratório em direcção a África e Angola. Por seu lado, o mercado de trabalho em Portugal não consegue absorver a enorme geração de jovens escolarizados, em que o próprio Estado, principal empregador de trabalhadores qualificados, vive uma crise financeira que o obriga a estancar contratações e a reduzir pessoal. Assim, a oportunidade de emprego no quadro de mobilidade das multinacionais, com remunerações aliantes e boas perspectivas para o futuro, atrai os técnicos e quadros superiores portugueses a emigrar para Angola, enquanto os antigos países da periferia

do capital agora desenvolvidos, incluindo Portugal, estão envoltos numa crise e na precariedade de emprego (Peixoto, 2004b). Angola surge assim como um destino de futuro e de esperança.

A este respeito, também Malheiros (2011) refere o aumento da emigração portuguesa para Angola desde 2005/2006 e considera-o um bom exemplo da alteração do posicionamento relativo dos destinos da mobilidade internacional dos portugueses. Este mesmo autor acrescenta que neste processo os portugueses “podem tirar partido de países emergentes, com taxas de crescimento económico elevadas, nomeadamente aqueles que têm o português, o espanhol ou inglês como línguas oficiais e que manifestam carências ao nível de mão-de-obra com qualificações intermédias (ou mesmo elevadas) em setores como a construção civil, as obras públicas ou o turismo” (2011: 36).

Assim, o crescimento económico de Angola induziu a inversão da corrente migratória com Portugal, ocorrendo uma diminuição da imigração angolana em Portugal e um aumento do número de emigrantes portugueses neste país (Marques e Góis, 2012).

A preferência por Angola prende-se ainda com as afinidades culturais e linguísticas e a instrumentalidade que elas encerram do ponto de vista das estratégias migratórias. Neste sentido, Malheiros (2010) refere que a emergência de Angola no atual processo de recomposição dos destinos da emigração portuguesa surge também associada à proximidade histórico-cultural destes dois países. Este mesmo autor acrescenta ainda a simplificação das mobilidades à escala mundial como um outro fator que propicia a emigração de portugueses para Angola.

Segundo os números revelados pelo Observatório de Emigração, atualmente trata-se de um dos países para onde os fluxos de emigração portuguesa se estão a dirigir. Com base na divulgação destes números, Marques e Góis (2012: 226) acrescentam que "em 2006 registam-se apenas 156 novas entradas de emigrantes portugueses em Angola, que sobem para 1 256 em 2007, para 1 474 em 2008, valor que, em 2009, terá ascendido a cerca de 23 000 pessoas".

Dados disponibilizados pelo Observatório de Emigração referem, para o ano de 2013, 115 595 registos consulares de emigrantes e descendentes de emigrantes em Angola, sendo que destes 38 994 são nascidos em Portugal.

A análise das estatísticas sobre as remessas recebidas em Portugal, oriundas de Angola, é uma outra forma de avaliar a dimensão do fenómeno migratório dos portugueses para este país. No Quadro 3 encontra-se a distribuição anual dos fluxos financeiros entre Portugal e Angola, entre o ano de 2008 e o ano de 2013.

Quadro 3 – Remessas Portugal - Angola, em milhares de euros (2008-2013)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Enviadas para Portugal	70 862	103 475	134 874	147 322	270 687	304 328
Recebidas de Portugal	13 126	12 324	13 470	12 890	13 470	18 847
Saldo	57 736	91 151	121 404	134 432	257 217	285 481

Fonte: Pires *et al.* (2014)

As remessas enviadas para Portugal pelos emigrantes portugueses em Angola aumentaram mais de 4 vezes entre 2008 e 2013, sendo que o maior incremento ocorreu de 2011 para 2012. Quanto às remessas enviadas para Angola pelos imigrantes em Portugal, evidenciaram um ligeiro aumento, embora sempre a baixos níveis, durante o período em análise.

Embora "a evolução anual das remessas não reflita com rigor as dinâmicas anuais das migrações, pois aquelas são afetadas pela acumulação de fluxos e pelos comportamentos variáveis dos migrantes" (Peixoto, 2012:7), o saldo das remessas entre Portugal e Angola confirmam uma imagem de Portugal como país de emigração para este país muito mais relevante do que como país de imigração.

A este respeito, já Peixoto (2012:7) referia "a estabilização, a baixos níveis, das remessas enviadas a partir de Portugal e o aumento vertiginoso, entre 2004 e 2009, das remessas enviadas de Angola para Portugal", apontando Angola como um dos casos em que a evolução anual das remessas reflete as dinâmicas anuais das migrações portuguesas com destino a este país.

Infelizmente, não existem informações disponíveis sobre o carácter da emigração portuguesa para Angola nem sobre as características sociodemográficas destes emigrantes, na atualidade. No entanto, convém aqui referir que estes fluxos se revestem de um carácter essencialmente temporário, tendo em conta que nos primeiros anos os

vistos concedidos aos emigrantes são de apenas três meses. Considerando ainda a procura de jovens trabalhadores qualificados por parte de Angola, podemos depreender que no total dos portugueses residentes neste país a maioria sejam jovens em idade ativa.

Concluindo, a análise de Angola na senda dos emigrantes portugueses, com a perspectiva de que o modelo das emigrações em Portugal continuará a apontar os países emergentes com ligações socioculturais como Angola e Brasil e a procura de novos países como a China através da porta de entrada de Macau (Malheiros, 2010).

Capítulo III – Perfis de emigrantes portugueses com destino a Angola

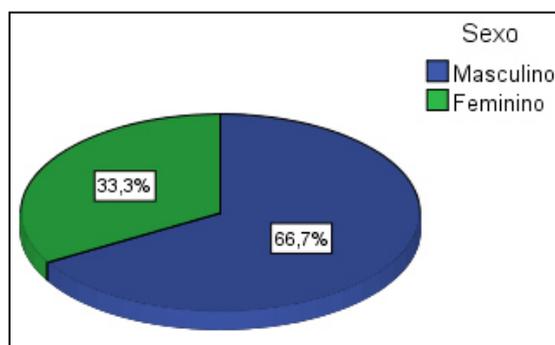
3.1. Caraterísticas sociodemográficas

3.1.1. Sexo e idade

Com o objetivo de caraterizar os inquiridos, do ponto de vista sociodemográfico, importa analisar alguns indicadores que permitirão traçar o perfil destes emigrantes. Estes indicadores revestem-se ainda de grande importância para explicar parte do fenómeno da emigração, assumindo um papel de reforço e mediação na compreensão das relações entre as migrações e os eventuais processos de mobilidade social que estas podem induzir.

Pretendendo saber como se distribuem os inquiridos por género, a Figura 2 apresenta-nos os seguintes resultados:

Figura 2 – Sexo dos inquiridos

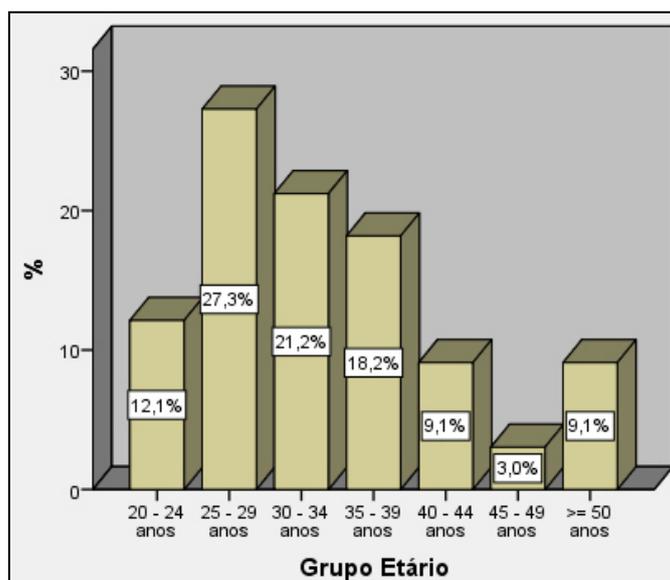


Fonte: Inquérito a emigrantes para Angola (IEPA), 2014

Tal como pode ser observado na Figura 2, predominaram na amostra deste estudo os indivíduos do sexo masculino (66,7%) em detrimento dos indivíduos do sexo feminino (33,3%). A nossa amostra reflete o carácter predominantemente masculino da emigração portuguesa. Este predomínio masculino em termos numéricos, patente na nossa amostra, converge com os dados, já expostos, relativos às estatísticas oficiais da emigração portuguesa desde 2008 até 2013. Sendo assim, podemos concluir que a amostra por nós recolhida apresenta características quanto ao género que correspondem ao padrão existente na população emigrante da atualidade.

Com o objetivo de saber a idade dos emigrantes, cabe aqui destacar que das respostas obtidas foi possível inferir que as idades dos inquiridos se compreenderam entre os 21 e os 59 anos ($M = 33,67$; $DP = 9,453$) e que a totalidade da amostra recolhida se enquadra no grande grupo etário da população ativa (15 – 64 anos). A distribuição dos inquiridos por grupos etários pode ser observada na Figura 3:

Figura 3 – Distribuição dos inquiridos por grupos etários



Fonte: IEPA, 2014

Ao observar a Figura 3 conclui-se que 60,6% dos inquiridos têm idade até 34 anos e destes 39,4% concentram-se em idades até aos 29 anos, predominando ainda os que têm entre 25 e 29 anos (27,3%). O grupo etário menos representado foi o grupo dos 45 aos 49 anos (3,0%) e o grupo dos idosos não está representado na amostra recolhida.

Apesar de não existirem dados oficiais disponíveis relativamente à distribuição por grupo etário dos emigrantes portugueses em Angola, podemos aqui constatar que esta distribuição da amostra está em clara conformidade com os valores calculados, independentemente do destino dos emigrantes, nas estatísticas oficiais da emigração portuguesa. Como já foi exposto no capítulo II, quando analisados os fluxos de emigração portuguesa (2008-2013), o emigrante português apresenta um perfil cada vez mais jovem, tendo sido significativo o valor percentual registado de jovens adultos com idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos. Atente-se aqui que possivelmente, ao se depararem com a enorme taxa de desemprego verificada entre os jovens portugueses, os

recém-licenciados, sem perspectivas entre portas, acabam por recorrer a emigração como solução.

3.1.2. *Escolaridade e estado civil*

Relativamente ao nível de escolaridade dos inquiridos, os dados recolhidos foram resumidos no Quadro 4.

Quadro 4 - Nível de escolaridade dos inquiridos

	N	%
3º Ciclo do Ensino Básico	5	15,2
Ensino Secundário	12	36,4
Ensino Profissional/Curso Médio	6	18,2
Curso Superior (Licenciatura)	7	21,2
Pós-Graduação	1	3,0
Mestrado	2	6,1
Total	33	100,0

Fonte:IEPA, 2014

Os dados recolhidos permitem evidenciar que a totalidade dos inquiridos possui no mínimo a escolaridade coincidente com o grau obrigatório de ensino vigente à altura da presente investigação, ou seja, o 3º Ciclo do Ensino Básico. Este resultado está relacionado com a faixa etária que se encontra representada na nossa amostra (21 aos 59 anos de idade). É de referir ainda que 36,4% concluiu o Ensino Secundário e 21,2% é detentor de uma licenciatura. Um aspeto relevante a retirar desta análise é que cerca de um terço dos inquiridos têm formação superior.

Esta situação vai ao encontro do que alguns autores têm apontado sobre a emigração portuguesa para Angola, isto é, de que este é um fluxo de indivíduos relativamente qualificados (Padilla e Ortiz, 2012). Peixoto (2012) referia o aumento da emigração altamente qualificada que se verificou ao longo da última década do século XX.

Devido à crescente degradação económica e à precariedade dos jovens altamente qualificados em Portugal, existe uma maior qualificação dos emigrantes portugueses

nos novos países recetores de emigração portuguesa, falando-se por vezes em "fuga de cérebros" (Castles, 2005; Peixoto, 2004b; Malheiros, 2010).

Cardoso, Escária, Ferreira, Madruga, Raimundo e Varanda (2012) levaram a cabo um estudo sobre a empregabilidade e o ensino superior em Portugal, tendo concluído que o facto de o mercado de trabalho em Portugal ter adquirido ao longo do tempo um carácter cada vez menos contributivo para a fixação de pessoas, tem vindo a reforçar as dinâmicas de emigração dos diplomados no ensino superior. Não havendo informação pertinente e constante que explore como as migrações são distribuídas por habilitações escolares dos migrantes, estes autores recorreram ao inquérito ao emprego do INE para avaliar a dimensão do fenómeno daqueles que dizem trabalhar no estrangeiro analisando, paralelamente, a informação acerca da caracterização dos respondentes. Cardoso *et al.* (2012) constataram que entre 2002 e 2010 o aumento de indivíduos a trabalhar no estrangeiro foi mais significativo entre os profissionais com habilitações superiores.

No âmbito deste estudo, procuramos igualmente determinar o estado civil, de forma a conseguir um entendimento mais abrangente das condições familiares dos inquiridos, o que poderá fornecer pistas sobre comportamentos que influenciam diretamente a dimensão e a orientação dos fluxos migratórios. Assim, relativamente ao estado civil, o Quadro 5 oferece-nos os seguintes resultados:

Quadro 5 - Estado civil dos inquiridos

Estado civil	N	%
Solteiro	15	45,5
Casado	12	36,4
União de Facto	1	3,0
Divorciado	5	15,2
Total	33	100,0

Fonte: IEPA, 2014

Quanto ao estado civil, salientamos a predominância dos solteiros (45,5%), seguindo-se os casados (36,4%), os divorciados (15,2%) e apenas 1 participante em união de facto (3,0%).

O fator primordial que condiciona a situação do estado civil dos inquiridos prende-se com a idade destes, que se concentram em grupos etários jovens como já foi exposto atrás (39,4% com idades até aos 29 anos).

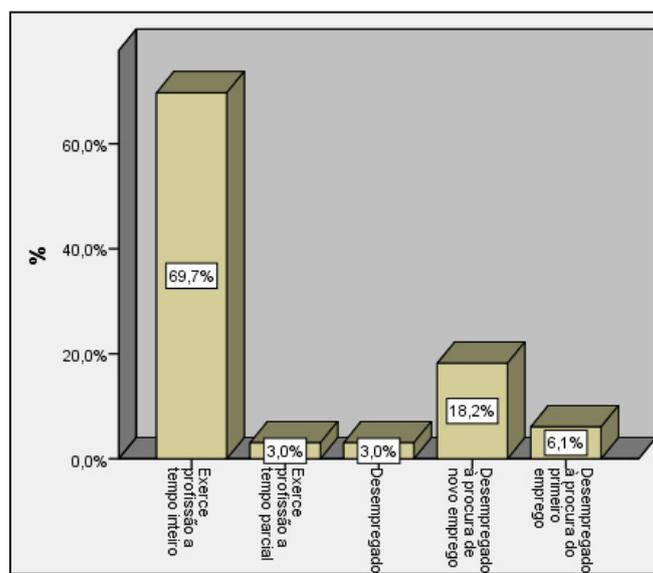
De forma a complementar à informação relativa ao estado civil dos inquiridos foi também colocada uma questão para averiguar qual a constituição do seu agregado familiar. Relativamente ao agregado familiar dos respondentes, observou-se um maior valor percentual de casais com filhos (27,3%), seguido pelos que tinham como constituintes os próprios e os pais (21,2%).

3.2. Situação socioprofissional

Com o objetivo de perceber a progressão profissional e o percurso laboral dos inquiridos, estes foram questionados quanto à sua situação laboral no país de origem no momento anterior à emigração e quanto ao futuro em Angola.

Relativamente à situação laboral no país de origem aquando da realização do presente estudo, começamos por verificar a distribuição dos inquiridos pelas diversas condições face ao trabalho tal como aparece na Figura 4.

Figura 4 - Condição face ao trabalho



Fonte: IEPA, 2014

Devemos destacar o facto de predominarem os inquiridos que se encontravam a exercer profissão a tempo inteiro (69,7%) em detrimento dos que se encontravam

desempregados ou a exercer profissão a tempo parcial, tal como se pode verificar pela figura acima exposta.

Estes resultados podem dar indícios de que são os baixos salários e a precariedade, e não tanto a falta de emprego, que constituem o principal mecanismo despoletador da iniciativa de emigrar nos inquiridos. Este facto poderá fazer sentido se tivermos em consideração que emigrar, nomeadamente para África, também implica custos e possivelmente muitos dos que se encontram desempregados ou à procura do primeiro emprego nem sequer têm condição financeira para o fazer e os que o conseguem emigrar ou são suportados por apoios de parentes ou ficam em situação de endividamento.

Da análise à última profissão desempenhada pelos inquiridos antes de emigrarem sobressaem alguns pontos essenciais: em primeiro lugar, a maioria dos 27 inquiridos que responderam a esta questão era empregado do comércio ou serviços (55,6%); em segundo lugar, foram observadas percentagens significativas de respondentes que eram operários fabris ou de construção civil (14,8%) e de trabalhadores qualificados assalariados (11,1%). Os restantes inquiridos encontram-se distribuídos por profissões como pequenos empresários da indústria/construção civil/comércio (7,4%), médios ou grandes empresários (3,7%), profissionais liberais por conta própria (3,7%) e funcionários públicos (3,7%).

Quadro 6 - Profissão futura em Angola por profissão atual/última em Portugal

Profissão atual/última	Profissão presente/futura em Angola						
	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.
1. Operário/a fabril ou de construção civil	2	-	-	-	-	-	-
2. Empregado/a do comércio ou serviços	2	9	1	-	-	1	-
3. Funcionário/a público/a	-	-	-	-	-	-	1
4. Trabalhador qualificado assalariado	-	-	-	1	1	-	-
5. Profissional liberal por conta própria	-	-	-	-	1	-	-
6. Pequeno/a empresário/a indústria/construção civil/comércio	-	-	-	-	-	1	-
7. Médio/a ou grande empresário/a	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: IEPA, 2014

A trajetória laboral dos inquiridos mostra, na generalidade, a manutenção do mesmo tipo de ocupações, embora se verifiquem algumas exceções: a totalidade dos inquiridos que eram funcionários públicos em Portugal tinham como projeto trabalhar por conta própria como grandes empresários em Angola; metade dos trabalhadores qualificados assalariados pretendiam estabelecer-se como profissionais liberais por conta própria em Angola; e cerca de um terço dos inquiridos que eram empregados do comércio ou serviços em Portugal iriam distribuir-se por operários fabris ou de construção civil, funcionários públicos e pequenos empresários da indústria, construção civil ou comércio no país de destino (Quadro 6).

As variáveis divulgadas nas estatísticas oficiais relativas aos emigrantes portugueses com destino a Angola não incluem características socioprofissionais, como a condição face ao trabalho ou a profissão, não sendo desta forma possível perceber se os resultados obtidos a partir da nossa amostra refletem o panorama geral da população em estudo. No entanto, é de referir que a percentagem de desempregados obtida na nossa amostra (27,3%) é superior à taxa de desemprego registada em Portugal no primeiro trimestre de 2014, que, segundo as estatísticas do emprego apresentadas pelo INE, se situava nos 15,1%. Este dado aponta para o facto de a situação de desemprego ser certamente, após os baixos salários, a segunda razão forte para emigrar.

Considerando apenas os inquiridos que tinham ou já tiveram emprego (93,9%), foi possível observar um maior valor percentual de trabalhadores por conta de outrem (77,4%) em detrimento dos 22,6% que trabalhavam por conta própria (incluindo 6,5% de trabalhadores a recibos verdes). Verificamos que a grande maioria destes inquiridos trabalhava ou já tinha trabalhado em empresas privadas (93,5%). No que diz respeito ao vínculo laboral, registaram-se diversas situações, nomeadamente, contratados a prazo (28,6%), a recibos verdes (10,7%), sem contrato de trabalho escrito (3,6%) e, com o vínculo laboral mais representado na amostra – os contratados efetivos (57,1%).

Dos inquiridos que recebiam salário o maior valor percentual observou-se no salário entre os 601 e os 800 euros (38,7%), seguindo-se 22,6% que declararam receber o salário mínimo nacional.

Estes resultados permitem evidenciar que o percurso migratório terá repercussões importantes na vida dos inquiridos pois constatamos a existência de emigrantes que irão conhecer situações de melhoria social e, inclusive alguns casos, de mobilidade social ascendente, na medida em que sobem de classe.

Também nas entrevistas realizadas foi possível reunir informação relativa à situação socioprofissional, sendo que a informação recolhida está em consonância com os resultados obtidos a partir dos inquéritos. Assim, por exemplo, o entrevistado 1 era vendedor de peças de automóvel na mesma empresa há dez anos e foi despedido por dificuldades da empresa, esteve desempregado dois anos e depois de uma procura de emprego ativa sem resultados surgiu a oportunidade para emigrar para Angola pela mesma empresa para a qual trabalhou. Encontrava-se em Angola a gerir parte da distribuição e a supervisionar alguns funcionários que estavam a seu cargo:

“... ganhava bem comparado ao que vejo por aí, tinha automóvel da empresa, despesas de deslocação e estadias pagas (...) as coisas complicaram-se, passei algumas dificuldades económicas”. (Entrevista 1: Homem, 35 anos)

O entrevistado 2 era optometrista e encontrava-se a trabalhar na mesma área em Angola de onde recebeu uma proposta de trabalho. A respeito da sua situação no país de origem antes de emigrar este entrevistado descreveu-a da seguinte forma:

“A situação financeira era razoável, não andava a contar os trocos, mas também não podia ter grandes excessos”. (Entrevista 2: Mulher, 36 anos)

O entrevistado 3, antes de emigrar para Angola, estava desempregado, a viver com os pais e do subsídio de desemprego. Em Angola encontrava-se a gerir um departamento de formação de uma grande empresa. A respeito da perceção da envolvente profissional de Angola este entrevistado acrescenta:

“Mercado em expansão, necessidade de quadros qualificados, valorização do profissional angolano e começa a notar-se “aversão” à contratação de expatriados”. (Entrevista 3: Homem, 26 anos)

Por estes testemunhos infere-se que para a partida contribuíram o desejo de melhorar as condições de vida e, num dos casos, de sair da situação de desempregado.

Capítulo IV – Sobrevivência e/ou Mobilidade Social

4.1. Motivações, Expetativas e Objetivos

Procuramos saber quais as motivações que incentivaram não só à saída do local de origem, como à escolha de Angola como país de destino. Em ambos os pólos prevaleceram fatores de carácter económico, o que não é de surpreender face aos baixos rendimentos auferidos no país de origem.

Podendo os motivos que levam à decisão de emigrar ser de variada ordem, quando questionados, os indivíduos podiam escolher três das opções de resposta. Os resultados obtidos encontram-se resumidos na tabela que se segue.

Quadro 7 - 3 Principais motivações para a emigração dos inquiridos

Motivação	N	%
Procurar maiores rendimentos	31	93,9
Estar desapontado/desalentado com o país/sociedade	11	33,3
Estar revoltado com o Governo	10	30,3

Fonte: IEPA, 2014

Como previsível mas aqui confirmado, a decisão de emigrar está relacionada diretamente com a questão financeira. Praticamente 94% dos inquiridos declararam ter tomado a decisão de partir em busca de maiores rendimentos. Nesta óptica, mais que o desemprego foram as diferenças salariais que estiveram na base da emigração para Angola, o que ocorre, como refere Leandro (2006), também nos tradicionais fluxos de emigração de portugueses em direcção a países mais desenvolvidos. Isto não obsta a que, em segundo lugar e a par da primeira motivação, surja de facto a situação de desemprego como uma segunda razão forte para 27% dos inquiridos, como foi acima referido.

Outras das razões mais citadas foram o estar desapontado/desalentado com o país/sociedade (33,3%), seguida pelo estar revoltado com o Governo (30,3%) e o estar desempregado (27,3%). Estes resultados eram esperados e encontram a sua explicação no contexto económico e político do país de origem (Portugal).

As questões relacionadas com a procura de uma carreira mais aliciante e o não estar satisfeito com o emprego atual foram também apontadas por uma percentagem razoável de inquiridos (27,3% e 21,2%, respetivamente).

A decisão de emigrar acaba por ser explicada por motivos de repulsão/atração, pois verificamos que a saída do país de origem se ficou a dever, maioritariamente, a fatores de ordem repulsiva ligados sobretudo ao mercado laboral, seja pela inexistência de emprego, seja pela sua existência mas por ser considerado desadequado e/ou mal remunerado.

“... para mim foi mesmo a tábua de salvação, precisava de dinheiro para sustentar a família e não tinha, foi o meu último recurso, não arranjava emprego, andava desesperado”. (Entrevista 1: Homem, 35 anos)

“... a grande razão de ter dado este passo deve-se ao facto de querer crescer profissionalmente e financeiramente”. (Entrevista 2: Mulher, 36 anos)

"Em Portugal não tinha perspetivas de trabalho e muito menos de conseguir organizar a minha vida. O facto de ter nacionalidade angolana teve influência na decisão, dado que não estou dependente de vistos." (Entrevista 3: Homem, 26 anos)

Podemos concluir, sem dúvida, que a teoria *push-pull* tem um interessante poder explicativo em relação à decisão de emigrar dos inquiridos. Nesta teoria, a justificação das migrações aponta para que os sujeitos unicamente se desloquem quando os custos de deslocação são menores que os benefícios previstos (Peixoto, 2004a).

No contexto das motivações para emigrar, cabe referir duas teses: a tese da reprodução social, que é a tese da sobrevivência; e a tese da mobilidade social, que tem uma estratégia de subida (Silva, 2012). Os resultados empíricos por nós obtidos confirmam a tese, em parte, da reprodução social mas também aqui o principal elemento motivador da iniciativa de emigrar é de perspetiva de melhoria ou, se possível, de mobilidade social.

Depois de ponderados os motivos que justificaram a emigração, é preciso perceber a opção por Angola, como país de destino. Com efeito, a escolha de Angola prendeu-se essencialmente com motivações de cariz económico, nomeadamente o nível

salarial (51,5%) e a disponibilidade de emprego (15,2%). Assim, as oportunidades de emprego e melhores salários constituem-se assim como principais fatores de atração no país de destino:

"Escolhi Angola porque é um país em desenvolvimento, o feedback que tenho recebido é que realmente eles apostam cada vez mais em pessoas jovens com vontade de trabalhar e de ganhar dinheiro. Mas o principal factor deve-se à proposta de trabalho que recebi ser de Angola." (Entrevista 2: Mulher, 36 anos)

"O facto de ter nacionalidade angolana e de o país estar em franco desenvolvimento, com necessidade de absorção de mão-de-obra qualificada." (Entrevista 3: Homem, 26 anos)

Mas não foram exclusivamente estes fatores a razão pela escolha de Angola; a expansão da empresa onde se encontravam a laborar foi um outro motivo apontado por 18,2% dos inquiridos. Como salienta Peixoto (1999), se muitos dos profissionais que optam pela emigração o fazem à procura de melhores qualificações e de lugares mais prestigiados adequados à formação que obtiveram e na qual se empenharam, outros movem-se, especificamente, dentro das mesmas empresas e organizações que se internacionalizam e criam filiais. Como já referimos, Angola insere-se nesta realidade das empresas multinacionais enquadradas nos fenómenos da globalização e da internacionalização das economias, surgindo como um país atrativo para destino da emigração portuguesa (Peixoto, 2004b; Marques e Góis, 2012).

Um dos emigrantes por nós entrevistado é mais um testemunho desta realidade ao afirmar:

"Surgiu a oportunidade de emigrar para Angola na mesma empresa que antes me despediu. (...) Emigrei para Angola porque foi a oportunidade que surgiu, se fosse para França ia para França, se fosse para a China ia para China, mas calhou Angola." (Entrevista 1: Homem, 35 anos)

Como já foi referido, a escolha de Angola como país de destino na emigração portuguesa também está relacionada com as afinidades culturais e linguísticas que existem entre os dois países (Malheiros, 2010). No entanto, foi possível constatar que

apenas um inquirido da nossa amostra (3,0%) relacionou esta opção com as características linguísticas e culturais de Angola.

Através de uma questão com varias opções de resposta, tentamos aprofundar o nosso conhecimento sobre as expetativas dos inquiridos para o futuro. Assim, dos resultados obtidos, destacamos a expetativa de ver o salário aumentado (78,8%), de obter poupanças para uma estabilidade futura (reforma), de subir de categoria profissional (36,4%) e de obter poupanças para construir, comprar ou pagar a casa (33,3%). Convém ainda salientar que a expetativa de mudar de tipo de trabalho foi a menos assinalada (9,1%) e ainda que ter um cargo de direção/gestão ou conseguir chefia (intermédia) não faz parte das expetativas da maior parte dos inquiridos (referido por 18,2% e 15,2%, respetivamente). Podemos dizer que as perspetivas dos migrantes convergem em dois sentidos, tal como refere Leandro (2008: 6), “possibilidade de acesso a uma vida melhor para si e para os seus e mais mobilidade e promoção social, se não para si, pelo menos para os seus filhos.”.

Quando questionados sobre quais as expetativas em relação à futura inserção como imigrante, a grande maioria dos inquiridos manifestou-se confiante na adaptação (42,4%) e que com a ajuda de familiares e/ou amigos esta será mais fácil (33,3%).

Com o objetivo de apurar quais os eventuais obstáculos associados à emigração que causavam mais preocupação foi colocada uma questão com mais de uma opção de resposta. O não conseguir adaptar-se à cultura do país de acolhimento e o não ver correspondidas as expetativas nesse país foram os obstáculos mais apontados pelos inquiridos (54,5%). Em segundo lugar, surgiu o não alcançar a realização profissional (48,5%), seguido pelo ter problemas no trabalho (36,4%) e o ser vítima de violência (36,4%). Os inquiridos foram ainda unânimes em não ver como obstáculos preocupantes o não conseguir emprego e o confrontar-se com a diferença de língua (pronúncia).

“Sem qualquer dúvida, as saudades da minha família” (Entrevista 1: Homem, 35 anos)

“A cultura e até mesmo a raça...Aparte disso, as saudades de casa foram dificultando ao longo do tempo a minha estadia lá” (Entrevista 2: Mulher, 36 anos)

"O hábito ao caos de Luanda." (Entrevista 3: Homem, 26 anos)

Os objetivos a curto/médio/longo prazo dos inquiridos eram essencialmente juntar dinheiro suficiente de forma a voltar ao país de origem (48,5%) e ser reconhecido pelo seu trabalho e progredir na carreira (27,3%).

"Juntar o máximo de dinheiro possível....E aproveitar que cá estou para conhecer Angola e o continente africano" (Entrevista 1: Homem, 35 anos)

"Nessas circunstâncias basicamente seria ganhar dinheiro, mas se estivéssemos a falar a longo prazo, talvez não estaria fora de hipótese expandir a minha vida pessoal naquele país ao invés de voltar para o meu". (Entrevista 2: Mulher, 36 anos)

"Muito trabalho, mais conforto, mais perspectivas de futuro. A médio prazo, conseguir a estabilidade financeira que preciso para organizar a minha vida em Portugal. A nível de carreira espero conseguir valorização curricular que me permita ter mais oportunidades quando voltar a Portugal." (Entrevista 3: Homem, 26 anos)

Os sonhos e aspirações profissionais que os inquiridos ainda não viram realizados são diversos e incluem o exercer uma profissão que lhes dê prazer (27,3%), que os realize (24,2%), mais qualificada (24,2%), qualificada (18,2%) e que lhes ocupe menos tempo de trabalho (6,1%). A quase totalidade dos inquiridos considera que a emigração possibilitará a realização desses sonhos e aspirações profissionais (97,0%).

4.2. Partida e redes de apoio no país de acolhimento

O conhecimento, em relação a um determinado movimento emigratório, da percentagem de emigrantes que saem isolados ou individualmente e dos que emigram com as famílias, é um elemento muito relevante no estudo dessa corrente emigratória. De facto, a emigração individual tem um significado diferente da familiar, deixando cada uma delas pressupor razões explicativas diferentes, assim como prever

comportamentos migratórios igualmente diferentes, designadamente no que se refere ao retorno dos emigrantes ao seu país de origem e à sua integração nos países de destino.

Indagando com quem emigraram ou iam emigrar os inquiridos da presente investigação, foi possível resumir os resultados no Quadro 8:

Quadro 8 - Com quem emigram os inquiridos

	N	%
Sozinho	13	39,4
Com namorado/a	2	6,1
Com cônjuge	4	12,1
Com amigo/a(s)	7	21,2
Outra	7	21,2
Total	33	100,0

Fonte: IEPA, 2014

Conforme pode ser observado na tabela 5, em 39,4% dos casos o inquirido decidiu emigrar sozinho. Convém ainda frisar que apenas 12,1% dos participantes decidiram emigrar com membros familiares. Observamos também que, na maioria, o cônjuge não irá acompanhar o inquirido na fase inicial do seu percurso emigratório, sendo que dos 12 inquiridos casados apenas 16,7% iria emigrar com o cônjuge, o que manifesta a ausência ou baixa percentagem de uma emigração com reagrupamento familiar. Esta tendência também se observou nos indivíduos entrevistados que relataram ter emigrado sozinhos.

“Sozinho, havia a possibilidade de a minha mulher vir comigo, mas era impensável irmos e deixarmos a miúda em Portugal. Assim vim e a minha mulher ficou com a minha filha em Portugal em casa dos pais. (Entrevista 1: Homem, 35 anos)

Estes resultados evidenciam a preponderância de um percurso migratório isolado, situação que se relaciona com as próprias razões essencialmente económicas

que estiveram na origem da decisão de migrar e se ajusta à ideia do emigrante-trabalhador, que nos remete para as teorias económicas mais clássicas (Peixoto, 2004a).

É interessante observar que em 81,8% dos casos estas pessoas tinham algum conhecido no local para onde emigraram ou iam emigrar, sendo na sua maioria amigos (51,5%), indiciando a importância da rede social como um fator indutor da migração. Estas redes de interconhecimento favorecem o desencadeamento e a solidificação das decisões de emigrar. Os compatriotas que antecederam os emigrantes num determinado movimento migratório adquiriram já o conhecimento de um contexto social, económico, político e cultural capaz de proporcionar ajuda nas dificuldades com que se possam deparar estes emigrantes, tal como o apontaram noutros estudos Rocha-Trindade (1995), Silva (1998) e Leandro (2004).

Em termos de experiência migratória, apenas 24,2% dos respondentes tiveram já essa experiência no passado. Se tivermos em conta que a maioria dos inquiridos são jovens e jovens adultos facilmente se depreende que estes estariam a experienciar pela primeira vez um processo emigratório. Apesar de 45,5% dos inquiridos terem revelado que têm familiares que já emigraram, destes apenas 20,0% considera que esse facto teve importância na sua decisão de emigrar.

A maioria dos elementos da amostra declarou possuir um contrato de trabalho (81,8%), predominando os contratos com duração de 6 meses (66,7%), seguidos pelos de duração de 1 ano (25,9%). Quanto à profissão em que trabalham ou irão trabalhar, em geral destacam-se os empregados do comércio ou serviços (37,0%) e os operários fabris ou de construção civil (22,2%). O salário mensal líquido que é ou irá ser auferido por quase metade dos respondentes está entre 2301 e 3000 euros (47,8%), para 39,1% entre 3001 e 4000 euros e, por último, para 13,0% entre 1801 e 2300 euros.

Para os inquiridos, optar por não emigrar significaria continuar a viver com limitações financeiras (33,3%), ter dificuldades em prover a sua subsistência (24,2%), passar muitas dificuldades para fazer face às despesas (15,2%), adiar algo que tem como projeto antigo (15,2%) e estagnar na carreira (12,1%).

"Sinceramente, nem quero pensar nisso...já estava a ficar desesperado, não arranjava trabalho as despesas acumulavam-se (...) se não tivesse emigrado as coisas iam estar mesmo muito más." (Entrevista 1: Homem, 35 anos)

"Se calhar um tanto limitada, visto que para já os gastos são só para mim, e um dia, visto que está dentro dos meus planos casar e constituir família,

automaticamente os gastos iriam aumentar e a qualidade de vida diminuir."
(Entrevista 2: Mulher, 36 anos)

"À procura de emprego e com pouca probabilidade de encontrar (sem algum nível de precariedade). Cheguei a ter uma proposta de 300€ a recibos verdes para ir trabalhar a 100km de casa." (Entrevista 3: Homem, 26 anos)

4.3. Ficar ou regressar?

No que respeita a visitas/estadas a Portugal, as respostas dos inquiridos foram bastante diversificadas, sendo que a maior percentagem de inquiridos pretende aproveitar para o fazer, sempre que tiver oportunidade (39,4%), 15,2% apenas quando passar férias uma vez por ano, 15,2% para visitar família e amigos, 15,2% não pretende passar o seu tempo livre em Portugal, 12,1% quando passar férias e durante festas e, por último, 3,0% tenciona trabalhar em Portugal um período, se possível.

"A cada 6 meses volto a Portugal por 15 dias, é pouco mas é melhor do que nada, não conseguia estar muito mais tempo longe da família, mal acabam os 15 dias de férias já estou a desesperar que passem os 6 meses o mais rápido possível." (Entrevista 1: Homem, 35 anos)

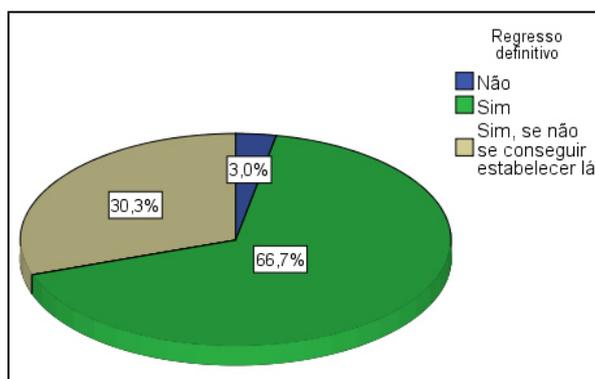
"Não tenciono visitar o meu país mais de duas vezes por ano, pelo simples facto que, se o meu objectivo principal é juntar o máximo dinheiro, viajar até cá mais de duas vezes seria insustentável, quebrando assim as minhas metas."
(Entrevista 2: Mulher, 36 anos)

"Tenciono visitar muitas vezes. Apesar da desilusão e de um certo ressentimento para com Portugal por me ter obrigado a emigrar, tenho família, amigos no país. No entanto, noto que cada vez que vou a Portugal percebo que tenho menos motivos para voltar." (Entrevista 3: Homem, 26 anos)

Ao migrarem para outro país, tentados pelas forças de atracção destes, os emigrantes deixam para trás uma parte significativa das suas vidas (a terra onde cresceram, os vizinhos, os amigos, a família, a cultura local, etc.). Mas o país de origem, apesar de nem sempre fixar, apresenta forças de atracção que vinculam assentes nos afetos, nas valências emocionais, no sentido de lugar e na memória familiar e coletiva.

Foi colocada aos inquiridos uma questão que incidia sobre a intenção futura de regresso definitivo ao país de origem. Os resultados obtidos encontram-se representados na figura 5:

Figura 5 - Intenção dos inquiridos de regresso definitivo ao país de origem



Fonte: IEPA, 2014

A maioria dos inquiridos tem em vista o regresso definitivo ao seu país de origem (66,7%). Este resultado está de acordo com o padrão associado às migrações económicas, segundo o qual a população migrante assume, pelo menos no início, que o projeto migratório não é permanente. No entanto, 30,3% dos inquiridos revelaram que só tencionam regressar definitivamente a Portugal, se não se conseguirem estabelecer em Angola. Apenas um inquirido (3,0%) é peremptório ao afirmar que tenciona fixar-se definitivamente no país de destino.

"Sim, regressar em definitivo, não pretendo nem ficar em Angola nem ir para outro país. (...) quero juntar o máximo de dinheiro que conseguir para voltar a Portugal e abrir o meu negócio na mesma área, que já tenho conhecimentos e uma boa carteira de clientes, e estabelecer-me, ou seja, ter um negócio meu e estar junto da família." (Entrevista 1: Homem, 35 anos)

"Tudo depende das propostas de trabalho, acho que só custa a primeira vez. Imagina que não me adaptaria a este país, caso não tivesse uma proposta para outro, voltaria sim para o meu. Mas visto que sou uma pessoa ambiciosa e social, tenho a certeza que encontraria bons conhecimentos e que não ia chegar ao ponto de regredir ao voltar para o meu país de origem, e partia à descoberta de um novo. Se até esse ponto, eu tivesse ganho o suficiente para regressar ao meu país e montar o meu próprio negócio, essa seria então a única opção viável para eu regressar." (Entrevista 2: Mulher, 36 anos)

"Penso regressar dentro de 3/5 anos. Se não me adaptar a Angola entretanto escolherei outro país. Mas isto também depende da forma como ambos os países evoluam nos próximos anos." (Entrevista 3: Homem, 26 anos)

Na relação entre o país de origem e o de acolhimento poderão ocorrer relações de incompatibilidade. Tais relações acontecem sobretudo no perfil de emigrantes que procuram uma reaproximação ao país de origem, pois olham a sua fixação noutra país como incompatível com os seus projetos de vida. No fundo, estes emigrantes querem viver em Portugal, mas têm que viver num outro país que não o seu, por este não se revelar atrativo em termos profissionais e económicos.

Seguindo este argumento, as dinâmicas de atracção-repulsão acontecem porque o país de origem e o de destino por si só não conseguem satisfazer plenamente as expectativas, projetos e ambições dos emigrantes. Para colmatar as falhas de cada um destes contextos, os emigrantes não se fixam permanentemente fora do seu país e perspetivam o regresso, quando reunidas as condições socioeconómicas que consideram como ideais.

Quanto à visão do futuro em Portugal, para os indivíduos que colocam a hipótese do regresso definitivo, observamos que 62,5% perspetivam viver com melhores condições de trabalho/emprego, 31,3% voltar para junto dos familiares e amigos e apenas 6,3% a integrar-se no desenvolvimento do país.

Conclusão

Com este trabalho pretende-se não só dar respostas sobre o fenómeno da emigração recente de Portugal para Angola, mas sobretudo que sejam levantadas novas questões, as quais sirvam de base para novas e renovadas investigações sobre este fenómeno.

Todas as teorias aqui elucidadas, que propõem explicar a origem e a continuidade dos fluxos migratórios, contribuem, em maior ou menor medida, para a compreensão de que a migração é um fenómeno multifacetado, muito complexo e diversificado, no qual os níveis de análise micro e macro interagem, não sendo estas teorias necessariamente contraditórias entre si, mas antes complementares. Assim, a natureza multifacetada do fenómeno migratório requer que a investigação seja conduzida a vários níveis e com recurso a instrumentos metodológicos de mais do que uma disciplina, permitindo a interpretação da mobilidade dos indivíduos sob diferentes aspetos e perspetivas (Massey *et al.*, 1993; Castles e Miller, 2009).

Esta investigação retrata o período da crise despoletada em 2008 e prosseguida em 2013, altura em que Portugal viu crescer substancialmente os fluxos migratórios de saída, ao mesmo tempo que os fluxos de entrada abrandavam, não deixando, no entanto, de existir. Os fluxos de saída neste período sofreram alterações relativamente aos fluxos de saída verificados entre 1960 e 1980, colocando por isso novas questões para analisar.

Neste sentido, a finalidade deste estudo foi a de aprofundar o conhecimento dos vários perfis dos emigrantes portugueses, de modo a problematizar as relações entre a atual conjuntura económica e a crescente emigração, bem como traçar o retrato sociológico dos protagonistas destes fluxos ao longo dos últimos anos e dos seus contornos durante e após o período mais agudo da crise. A conjugação das potencialidades tanto da análise das estruturas como da compreensão das lógicas dos atores facilita a perceção das formas da mobilidade, complexas e multidimensionais, enriquecendo o alcance da investigação.

Com o estudo empírico realizado não tivemos a pretensão de extrapolar os resultados obtidos, mas sim ajudar a levantar pistas sobre possíveis especificidades dos emigrantes portugueses com destino a Angola, nomeadamente sobre a persistência de um fluxo de emigrantes portugueses profissionalmente ativos e com qualificações médias e altas.

Uma das principais conclusões que se pode retirar desta investigação é a de que são as razões económicas que, maioritariamente, estão na origem dos fluxos analisados. A procura de melhores níveis salariais e, por vezes, de emprego estão na base das razões que levaram à emigração. A estes motivos junta-se uma parte importante de fluxos de saída que se desencadearam por motivos de desapontamento/desalento com o país/sociedade e de revolta com o Governo.

Estes fluxos migratórios estão relacionados com a existência de estruturas sociais que serviram de suporte à migração, ou seja, com a participação dos indivíduos em redes de interconhecimento que difundem informação sobre vários aspetos relativos ao país de destino. Estas redes de interconhecimento assentavam essencialmente em relações de amizade ou em conhecimentos de outras pessoas.

Parece evidente que, independentemente da sua natureza, as redes de interconhecimento servem de suporte e incentivo a estes fluxos migratórios, podendo residir nestas redes, e no facto de existirem culturas migratórias, uma parte da explicação para a continuidade das migrações.

Desta investigação podemos retirar outras ilações, nomeadamente a de que a maioria dos emigrantes era composta por homens, prefigurando-se um tipo de movimento laboral, iniciado por indivíduos maioritariamente do sexo masculino, em idade ativa e com qualificações médias/altas. Esta situação poderá ter a sua justificação nos motivos que estiveram na origem da emigração para Angola, que se prenderam essencialmente com a procura de maiores rendimentos, refletindo o cariz económico dos fluxos migratórios em análise. A maioria destes indivíduos pretendiam regressar ao seu país de origem futuramente, sendo o seu objetivo a médio/longo prazo juntar dinheiro suficiente para este regresso, com a perspetiva de alcançar melhores condições de vida e alguma mobilidade social ascendente para si e/ou para os seus filhos.

Por fim, reiteramos a nota de que a presente investigação apresentou algumas limitações, relacionadas com a dificuldade em conseguir realizar entrevistas e recolher questionários na população que se pretendia analisar. A reduzida dimensão e o carácter não probabilístico da amostra recolhida são susceptíveis de eventualmente enviesar alguns dos resultados obtidos, aconselhando alguma prudência.

Destacamos ainda que este estudo sobre as emigrações constitui um tema atual, que, apesar de ter sido objeto de estudo nas ciências sociais para outras épocas, tem tido apenas alguns esboços ou estudos circunscritos, pelo que consideramos este mais uma pequeno contributo para um melhor entendimento das migrações recentes,

nomeadamente para Angola, na expectativa de que estas sejam alvo de investigações futuras mais aprofundadas, em que sejam analisadas outras variáveis que não foram por nós incluídas na análise.

Bibliografia

- Arroteia, Jorge Carvalho (1983). *A Emigração Portuguesa: suas origens e distribuição*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
- Baganha, Maria I. e Peixoto, João (1997). "Trends in the 90's: the Portuguese migratory experience", in Maria I. Baganha (ed.), *Immigration in Southern Europe*, Oeiras, Celta, 15-40
- Baganha, Maria Ioanis. (2009). "The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends". *International Migration*, 47(3), 5-20
- Baganha, Maria Ioannis, e Góis, P. (1998-1999), «Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 52-53, 229-280
- Castles, Stephen; Miller, Mark J. (2009). *The Age of Migration International Population Movements*, Guilford Press, Nova Iorque
- Cardoso, José Luís; Escária, Vítor; Ferreira, Vítor Sérgio; Madruga, Paulo; Raimundo, Alexandra e Varanda, Marta Pedro (2012). *Empregabilidade e ensino superior em Portugal (A3ES Readings, nº3)*, Lisboa: A3ES
- Coelho, José Rebelo (2006) "Um olhar a partir do continente europeu" in Primeiro encontro mundial das comunidades portuguesas realizado no Porto de 29 a 31 de Março de 2005", in *Livro de Actas*, Lisboa: Obra Católica Portuguesa de Migrações, 45-57
- Godinho, Vitorino Magalhães (1978), "L'emigration portugaise (XV, XX e Siècles), une constante structurale et les reponses aux changements du monde", *Revista de História Económica e Social*, caderno 1
- Leandro, Maria Engrácia (2004), "Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios", *Análise Social*, 170, Vol. XXXIX: 95-118
- Leandro, Maria Engrácia (2006), *Fenómeno migratório: emigração secular/imigração recente em Portugal*, Conferência no Congresso Mundial de Sociologia, África do Sul
- Leandro, Maria Engrácia; Nossa, Paulo Nuno e Boavida, Maria José (2008), "Na encruzilhada da família e do género em contexto migratório" in *Migrações*, Edição. Campo das letras

- Malheiros, Jorge. (2005). “Jogos de relações internacionais: repensar a posição de Portugal no arquipélago migratório global”. in A. Barreto (Ed.), *Globalização e Migrações*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 251-272
- Malheiros, Jorge (2010), Portugal 2010: o regresso do país de emigração? Notas e reflexões. *Janus - anuário de relações exteriores*, 2(1), 133-142.
- Marques, José Carlos (2009), “E continuam a partir: as migrações portuguesas contemporâneas”, *Ler História*, nº 56, 27-44.
- Marques, José Carlos e Góis, Pedro (2012), "A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa", *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações* (24), 213-232
- Morais, Paulo (2003). Porto de Partida, Porto de Chegada. *A Emigração Portuguesa*, Lisboa, Âncora.
- Padilla, Beatriz e Ortiz, Alejandra (2012) “Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanço e desafios”, *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, V. XX, Nº 39, Jul-Dec.
- Peixoto, João (1999), *A Mobilidade Internacional dos Quadros: Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora
- Peixoto, João (2004a), “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias micro e macro Sociológicas”, *SOCIUS Working Papers*, nº11, Lisboa, ISEG.
- Peixoto, João. (2004b), “País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal”, *SOCIUS Working Papers*, nº2, Lisboa, ISEG.
- Peixoto, João (2007). *Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal*. Consultado em 10/08/2014, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218647535ZfQO2pn5Wq90GM6.pdf>
- Pires, Rui Pena (2010). *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa: Tinta da China/Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-989-671-056-9.
- Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo e Ana Cristina Ribeiro (2014), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL, e DGACCP.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (org.) (2009), *Migrações. Permanências e Diversidades*. Porto: Edições Afrontamento.

- Rocha-Trindade, Maria Beatriz *et al* (1995) - *Sociologia das Migrações*, Universidade Aberta, Lisboa
- Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*. ed. 1, Porto: Afrontamento.
- Silva, Manuel Carlos (2012), "Trabalho, profissões e género: Alguma mobilidade em contexto de reprodução social" *in* F. B. Ribeiro, M. C. Silva, A. P. Marques (orgs). *Trabalho, Técnicas e Mundo*. Vila Nova de Famalicão: Edições Humus
- Telo, A. J. (1997), "Emigração, exílio e democracia em Portugal". *Exils et migrations ibériques au XXème siècle*, 3/4, pp. 155-167
- Vicente, P. (2012). *Estudos de mercado e opinião. Princípios e aplicações de amostragem*. Lisboa: Edições Sílabo

Anexos

Anexo 1

Inquérito por questionário Fluxos migratórios de portugueses para Angola e Brasil

Estimado cidadão ou cidadã,

Este questionário, realizado no âmbito de uma pesquisa sobre “Emigrações recentes de portugueses para Angola e Brasil” coordenado pelo Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) da Universidade do Minho levado a cabo no respeito da máxima confidencialidade quanto às informações prestadas. Pedimos que seja sincero/a nas suas respostas e agradecemos desde já a sua prestimosa colaboração.

Identificação pessoal

1.Sexo:

Masculino 1

Feminino 2

2. Idade: _____

3.Estado Civil:

Solteiro(a) 1

Casado(a) 2

União de Facto 3

Divorciado(a) 4

Separado(a) 5

Viúvo(a) 6

4. Concelho: _____

Freguesia: _____

5.Qual o seu nível de ensino?

Não sabe ler nem escrever 1

Sabe ler e escrever sem ter concluído a 4ª classe 2

1ºCiclo do Ensino Básico (antiga 4ª classe) 3

- 2ºCiclo do Ensino Básico (antigo 2º ano) 4
- 3ºCiclo do Ensino Básico (antigo 5º ano) 5
- Ensino Secundário (antigo 7º ano) 6
- Ensino Profissional/ Curso Médio 7
- Curso Superior (Licenciatura) 8
- Pós-Graduação 9
- Mestrado 10
- Doutoramento 11
- Outro 12 Qual? _____

Caracterização Familiar

6. Como é constituído o seu agregado familiar?

- Sozinho(a) 1
- Com pais 2
- Com pais e irmãos 3
- Com irmãos/irmãs 4
- Com filhos 5
- Casal com filhos 6
- Casal sem filhos 7
- Com alargamento ascendente (casal + progenitor(a)) 8
- Com alargamento lateral (casal + irmãos ou primos) 9
- Com alargamento descendente (casal + netos ou sobrinhos) 10
- Múltiplo unificado secundário ascendente masculino (casal + pais do marido) 11
- Múltiplo unificado secundário ascendente feminino (casal + pais da esposa) 12
- Frecheres (casal de irmãos) 13
- Outro 14 Qual? _____
-

7. Refira, por favor, a idade, o estado civil, o nível de escolaridade e profissão de cada um destes elementos da sua família. (☞ ver instruções de preenchimento)

Relação de parentesco com o próprio	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Profissão Atual/ última	Profissão principal Passada
Pai						

Mãe						
Cônjuge						
Filho(a)						
Filho(a)						
Filho(a)						
Filho(a)						

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO (PARA AS CATEGORIAS PROFISSÃO ATUAL/ÚLTIMA E PROFISSÃO PRINCIPAL =COM MAIOR DURAÇÃO):

Profissão: Criado/a ou jornaleiro/a – escreva 1. Caseiro ou camponês/a pobre – escreva 2. Camponês/a a tempo parcial – escreva 3. Médio lavrador – escreva 4. Lavrador abastado/ proprietário/a – escreva 5. Artesão/ã – escreva 6. Operário/a fabril ou de construção civil – escreva 7. Empregado/a do comércio ou serviços – escreva 8. Funcionário/a público/a – escreva 9. Militar ou pertencente à P.S.P. ou G.N.R. – escreva 10. Trabalhador qualificado assalariado – escreva 11. Profissional liberal por conta própria – escreva 12. Pequeno/a empresário/a indústria/construção civil/comércio – escreva 13. Médio/a empresário/a – escreva 14. Grande empresário/a – escreva 15. Banqueiro/a ou grande acionista – escreva 16. Desempregado – escreva 17. Estudante – escreva 18. Reformado – escreva 19. Trabalhador familiar não remunerado – escreva 20. Não sei – escreva 20. Outra profissão: por favor, especifique qual.

Nota: Caso os seus filhos se encontrem a estudar escreva o ano escolar e idade dos mesmos.

8. Qual é/tem sido a sua principal fonte de rendimentos?

- Emprego/ salário 1
- Rendimentos próprios/ dividendos ou juros 2
- Pensão de velhice/ reforma 3
- Pensão de invalidez 4
- Pensão de sobrevivência 5
- Subsídio de desemprego 6
- Subsídio de doença durável 7
- Subsídio por viuvez 8
- Rendimento mínimo garantido 9
- Ajuda de pais/familiares/ amigos 10
- Outra 11 Qual? _____

Situação face à profissão

(Caso não exerça uma profissão no momento, refira-se à última que exerceu)

9. Qual é a sua profissão atual/última?

10. Qual é a sua condição face ao trabalho?

- Exerce profissão a tempo inteiro 1 _____(horas por dia)

Exerce profissão a tempo parcial	<input type="checkbox"/> 2 _____(horas por dia)	
Trabalhador(a) familiar não remunerado	<input type="checkbox"/> 3 (☞ avance para a questão 18)	
Desempregado(a)	<input type="checkbox"/> 4	
Desempregado(a) à procura de novo emprego	<input type="checkbox"/> 5	
Desempregado(a) à procura do primeiro emprego	<input type="checkbox"/> 6 (☞ avance para a questão 18)	
Estudante/ formando	<input type="checkbox"/> 7 (☞ avance para a questão 18)	
Estagiário(a)	<input type="checkbox"/> 8 (☞ avance para a questão 18)	
Reformado(a)	<input type="checkbox"/> 9	
Outra	<input type="checkbox"/> 10	Qual?

11. Qual é/foi a sua situação na profissão?

Empresário por conta própria/familiar	<input type="checkbox"/> 1	
Empresário com 3 ou menos assalariados	<input type="checkbox"/> 2	
Empresário entre 4 a 20 assalariados	<input type="checkbox"/> 3	
Empresário entre 21 a 100 assalariados	<input type="checkbox"/> 4	
Empresário com mais de 100 assalariados	<input type="checkbox"/> 5	
Profissional liberal/ por conta própria	<input type="checkbox"/> 6	
Trabalhador por conta própria (a recibos verdes)	<input type="checkbox"/> 7	
Trabalhador(a) por conta de outrem	<input type="checkbox"/> 8	
Não aplicável	<input type="checkbox"/> 9	
Outra	<input type="checkbox"/> 10	Qual? _____

12. Qual é o tipo de organização em que trabalha/trabalhou?

Empresa pública	<input type="checkbox"/> 1	
Empresa privada	<input type="checkbox"/> 2	
Empresa mista	<input type="checkbox"/> 3	
IPSS, ONG, Fundação ou Cooperativa	<input type="checkbox"/> 4	
Não aplicável	<input type="checkbox"/> 5	
Administração Pública	<input type="checkbox"/> 6	Qual o sector? _____
Outra	<input type="checkbox"/> 7	Qual? _____

13. A que vínculo laboral está/estava sujeito?

Contrato efetivo	<input type="checkbox"/> 1
Contrato a prazo	<input type="checkbox"/> 2
Recibos verdes	<input type="checkbox"/> 3

- Sem contrato de trabalho escrito 4
- Não aplicável 5
- Outro 6 Qual? _____

14. Qual é/era o salário mensal líquido?

	Do próprio	Do cônjuge	Total
Abaixo de 485 euros	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
Salário Mínimo Nacional (485 euros)	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
Entre 486 e 600	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
Entre 601 e 800	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
Entre 801 e 1000	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
Entre 1001 e 1500	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6
Entre 1501 e 2000 euros	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7
Entre 2001 e 4000 euros	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8
Mais de 4000 euros	<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 9
Não aplicável	<input type="checkbox"/> 10	<input type="checkbox"/> 10	<input type="checkbox"/> 10

O Processo migratório

15. É a primeira vez que irá emigrar?

- Não 1
- Sim 2

16. Tem na sua família pessoas que emigraram?

- Não 1 (☞ avance para a questão 22)
- Sim 2

17. Considera que esse facto teve importância na sua decisão de emigrar?

- Não 1
- Sim 2 Relate _____

18. Por que motivo escolheu esse país?

- | | |
|---|--|
| Por ser o país onde conseguiu emprego | <input type="checkbox"/> 1 |
| Por gostar das condições de trabalho oferecidas | <input type="checkbox"/> 2 |
| Pelo salário que vai auferir | <input type="checkbox"/> 3 |
| Pelas políticas de trabalho | <input type="checkbox"/> 4 |
| Por ser mais fácil de conseguir visto | <input type="checkbox"/> 5 |
| Pelas características linguais e culturais | <input type="checkbox"/> 6 |
| Para se juntar a familiares já emigrados nesse país | <input type="checkbox"/> 7 |
| Por conhecer pessoas emigradas a residir nesse país | <input type="checkbox"/> 8 |
| Outra | <input type="checkbox"/> 9 Qual? _____ |
-

19. Que tipo de contacto tem no país para o qual vai emigrar?

- | | |
|--------------------------------|--|
| Nenhum | <input type="checkbox"/> 1 |
| Cônjuge/namorado/a | <input type="checkbox"/> 2 |
| Familiares próximos | <input type="checkbox"/> 3 |
| Familiares distantes | <input type="checkbox"/> 4 |
| Amigos | <input type="checkbox"/> 5 |
| Conhecimento de outras pessoas | <input type="checkbox"/> 6 |
| Outro | <input type="checkbox"/> 7 Qual? _____ |
-

20. Vai emigrar:

- | | |
|---------------------------|----------------------------|
| Sozinho | <input type="checkbox"/> 1 |
| Com namorado/a | <input type="checkbox"/> 2 |
| Com cônjuge | <input type="checkbox"/> 3 |
| Com cônjuge e filho/a (s) | <input type="checkbox"/> 4 |
| Com filho/a(s) | <input type="checkbox"/> 5 |
| Com pais | <input type="checkbox"/> 6 |
| Com cônjuge e pais | <input type="checkbox"/> 7 |
| Com cônjuge e sogros | <input type="checkbox"/> 8 |
| Com amigo/a(s) | <input type="checkbox"/> 9 |

Outra

10 Qual?

21. Quais os principais motivos que o levam a emigrar?

(☞ resposta múltipla – escolha apenas três razões)

Estar desempregado 1

Estar revoltado com o Governo 2

Estar desapontado com o meio envolvente (família/amigos) 3

Estar desesperado/desalentado com o país/sociedade 4

Não estar satisfeito com o emprego atual 5

Procurar maiores rendimentos 6

Procurar construir uma carreira mais aliciante 7

Necessidade de procurar culturas diferentes 8

Ter possibilidade de trabalhar em algo de que gosta 9

Pretender um emprego qualificado na sua área 10

Outra 11 Qual? _____

22. Partindo da sua situação atual, quais as suas expectativas para o futuro? (☞ resposta múltipla – escolha apenas três razões)

Obter trabalho 1

Mudar de tipo de trabalho 2

Subir de categoria profissional 3

Ver aumentado o salário 4

Proporcionar uma “melhor” educação para os filhos 5

Ter cargo de direção/gestão máximo 6

Conseguir chefia (intermédia) 7

Obter poupanças para construir/comprar/pagar a casa 8

Obter poupanças para investir (eg: criar empresa própria) 9

Obter poupanças para uma estabilidade futura (eg: reforma) 10

Outra 11 Qual? _____

23. Quais os seus objetivos a curto/médio/longo prazo?

Juntar dinheiro suficiente de forma a voltar ao país de origem 1

- Formar uma família e ficar um longo período no país de emigração 2
- Ser reconhecido pelo seu trabalho e progredir na carreira 3
- Tornar-se um dos principais colaboradores da empresa na qual vai trabalhar 4
- Envolver-se e integrar-se na comunidade local 5
- Contribuir para o desenvolvimento da região do país de acolhimento 6
- Estabelecer-se definitivamente no país de emigração 7
- Regressar e contribuir para o desenvolvimento da região do país de origem 8
- Outro 9 Qual?___
-

24. Qual o sonho aspiração profissional que ainda não viu realizada?

- Exercer uma profissão qualificada 1
- Exercer uma profissão mais qualificada 2
- Exercer uma profissão que me realize 3
- Exercer uma profissão que me dê prazer 4
- Exercer uma profissão que me ocupe menos tempo de trabalho 5
- Outro 6 Qual?_____
-

25. Considera que a emigração lhe possibilitará a realização desse sonho

- Não 1
- Sim 2

26. Já possui um contrato de trabalho?

- Não 1 (☞ avance para a questão 41)
- Sim 2

27. Qual a duração desse contrato?

- 3 meses 1
- 6 meses 2

- 1 ano 3
- 3 anos 4
- Mais de 3 anos 5

28. Em que profissão irá trabalhar? _____

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:

Profissão: Jornaleiro/a – escreva 1. Caseiro ou camponês/a pobre – escreva 2. Lavrador – escreva 3. Artesão/ã – escreva 4. Operário/a fabril ou de construção civil – escreva 5. Empregado/a do comércio ou serviços – escreva 6. Funcionário/a público/a – escreva 7. Militar – escreva 8. Trabalhador qualificado assalariado – escreva 9. Profissional liberal por conta própria – escreva 10. Pequeno/a empresário/a indústria/construção civil/comércio – escreva 11. Médio/a ou grande empresário/a – escreva 12. Acionista ou banqueiro/a – escreva 13. Estudante – escreva 14. Não sei – escreva 15. Outra profissão: por favor, especifique qual.

29. Qual será o salário mensal líquido?

- Abaixo de 500 euros 1
- Entre 500 e 800 2
- Entre 801 e 1300 3
- Entre 1301 e 1800 4
- Entre 1801 e 2300 5
- Entre 2301 e 3000 euros 6
- Entre 3001 e 4000 euros 7
- Mais de 4000 euros 8
- Não aplicável 9

30. No que respeita a visitas/estadas a Portugal, tenciona:

- Sempre que tenha oportunidade aproveitará para vir a Portugal 1
- Passar férias em Portugal uma vez por ano 2
- Passar em Portugal as férias e festas comemorativas (eg: Natal) 3
- Passar em Portugal apenas para visitar família e amigos 4
- Trabalhar um período em Portugal se possível 5
- Não pretende passar o tempo livre em Portugal 6
- Jamais voltar a Portugal 7
- Não se aplica 8

31. Tenciona regressar definitivamente?

- Não 1

Sim 2

Sim, se não se conseguir estabelecer lá 3

32. Se pretende regressar, como vê o seu futuro em Portugal?

Viver com melhores condições de trabalho/emprego 1

Integrar-se no desenvolvimento do país 2

Voltar junto dos familiares e amigos 3

Outro 4 Qual? _____

Finalizou o preenchimento deste inquérito.

Obrigado pela sua participação

Anexo 2

Grelha analítica

Problemáticas	Dimensões
Características sociodemográficas	Idade Sexo Escolaridade Estado civil
Características socioeconómicas	Situação Profissional Situação económica
Processo migratório	Motivações Expetativas Objetivos Redes de apoio Regresso a Portugal Profissão no país de origem
Posicionamento face ao país de origem	Visão política Visão social
Estado emocional	Sentimentos experienciados

